



UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
Faculdade de Direito e Relações Internacionais
Curso de Relações Internacionais- FADIR

LETÍCIA DESTRI CENTRONE

MULHERES INDÍGENAS EM ASSOCIAÇÕES:
As Guarani e Kaiowá e a Aty Kuña

Dourados-MS
2018

LETÍCIA DESTRI CENTRONE

**MULHERES INDIGENAS EM ASSOCIAÇÕES:
As Guarani e kaiowá e a Aty Kunã**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora da Universidade Federal da Grande Dourados, como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Simone Becker

**Dourados- MS
2018**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

C397m Centrone, Leticia Destri

Mulheres Indígenas em Associações : As Guarani e Kaiowá e a Aty Kuña [recurso eletrônico] /
Leticia Destri Centrone. -- 2018.

Arquivo em formato pdf.

Orientadora: Simone Becker .

TCC (Graduação em Relações Internacionais)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2018.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Associativismo. 2. Mulheres Guarani e Kaiowá. 3. Aty Kuña. I. Becker, Simone. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Em 30 de novembro de 2018, compareceu para defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso, requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, a aluna **Leticia Destri Centrone** tendo como título “**Mulheres indígenas e(m) associações: as Guarani-Kaiowá e a Aty Kunã**”.

Constituíram a Banca Examinadora os professores Dra. Simone Becker (orientadora), Ma. Tchella Fernandes Maso (examinadora) e Dra. Aline Crespe (examinadora).

Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, o trabalho foi considerado Aprovada.

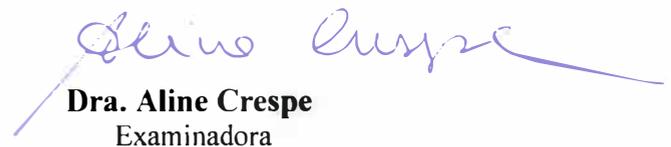
Por nada mais terem a declarar, assinam a presente Ata.

Observações: _____

Assinaturas:


Dra. Simone Becker
Orientadora


Ma. Tchella Fernandes Maso
Examinadora


Dra. Aline Crespe
Examinadora

*“[...]Vamos caminando
Aquí se respira lucha
Vamos caminando
Yo canto porque se escucha
Vamos dibujando el camino
Vamos caminando
Aquí estamos de pie
¡Que viva la América!
No puedes comprar mi vida”*

(Latinoamérica- Calle 13)

Dedico a minha mãe Alessandra Destri
Centrone, ao meu pai Jose Carlos
Centrone , e a minha avó Ana Maria
Ribeiro de Carvalho Destri.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a minha mãe não apenas por ter me dado todo o amor possível e por ser uma mãe carinhosa e zelosa, mas também por ser a primeira a plantar em mim a semente da educação libertadora e os princípios do feminismo, mesmo não os chamando com esses nomes. Obrigada por todos os momentos que você priorizou a minha educação, obrigada por cada vez que você me disse que o conhecimento é a única coisa que não nos pode ser tirada, obrigada por me ensinar a ser uma mulher forte que não abaixa a cabeça pra ninguém, que faz cara feia quando está insatisfeita, e que luta pelo o que quer. E obrigada por me ensinar a olhar para o outro com compaixão em primeiro lugar. Se eu não tivesse aprendido tudo isso em casa eu não seria metade da pessoa que sou, e essa monografia não seria o que é.

Agradeço a minha vó Ana Maria, que não é só minha avó, mas é também minha segunda mãe, minha madrinha e minha amiga. Obrigada por sempre acreditar em mim, e esperar o melhor de mim. Obrigada por toda a preocupação, toda ajuda e todos os ensinamentos.

Obrigada mãe e vó por serem as mulheres e os amores da minha vida.

Obrigada ao meu “vôdrasto” Gi por me adotar como neta, por sempre fazer tudo o possível por mim, e por sempre me fazer rir.

Não poderia deixar de agradecer aos meus pets Gigico e José, por tornarem meus dias difíceis mais fáceis e pelo companheirismo.

Agradeço aos meus amigos, que foram se multiplicando com o tempo e agora estão por vários cantos do Brasil. Obrigada por todos os momentos partilhados, por todas as experiências que vivemos juntos, boas ou ruins, por todo o aprendizado que adquirimos. Obrigada por serem que vocês são, obrigada por cruzarem meu caminho e por deixarem um pouco de vocês comigo.

Obrigada a UFGD e todos que colaboram para o funcionamento da universidade. Obrigada a FADIR por ser a minha “casa” nos últimos quatro anos. Obrigada aos professores da FADIR por todos os conhecimentos compartilhados.

Obrigada a minha orientadora pela paciência, pelos conhecimentos compartilhados, pelas reuniões de estudos, mas obrigada mesmo por ser a pessoa humana que é, e obrigada pela amizade e por toda a ajuda.

Obrigada ao Projeto Ação Contra o Tráfico de Mulheres e todas as integrantes por terem mudado minha vida me proporcionado tantos momentos maravilhosos. Obrigada especial à professora Tchella e a professora Katuscia e a minha advogada Maryel por serem exemplos a serem seguidos por mim.

Obrigada aos Guarani e Kaiowá pela visão de mundo que me apresentaram, por serem o meu exemplo de resistência, e pela luta que enche meu coração de esperança por um mundo melhor.

Obrigada ao feminino por me abrir os olhos, por me fazer me amar mais, por me ensinar a lutar pelos meus direitos e por me ensinar a nunca me calar.

E por fim e não menos importante, obrigada a mim e a mulher que me tornei.

RESUMO

MULHERES INDIGENAS EM ASSOCIAÇÕES:

As Guarani e kaiowá e a Aty Kuña

O estado do Mato Grosso do Sul apresenta a segunda maior reserva indígena urbana, e a segunda maior população indígena do Brasil. Dentre as etnias presentes no estado estão o povo Guarani e Kaiowá. A partir da década de 1980, junto com o surgimento dos novos movimentos sociais, os movimentos de reivindicações indígenas emergem no cenário nacional. Os Indígenas Guarani e Kaiowá do Mato Grosso do Sul começaram a se organizar para reivindicar suas pautas políticas frente ao Estado brasileiro em 1979. Foi durante o primeiro grande ritual religioso chamado de Jeroky Guasu e da primeira grande assembleia a Aty Guasu que começou o processo de articulação para a reocupação e retomada dos territórios tradicionais, além da reivindicação de políticas públicas para seu povo. Mas foi só em 2006 que as mulheres Guarani e Kaiowá criam uma assembleia para reivindicar as pautas específicas das mulheres indígenas, a Aty Kuña. Esse trabalho foca no entendimento da colonialidade do poder e do patriarcado moderno sob as mulheres Guarani e Kaiowá e analisa a Aty Kuña como o objetivo de compreender a conjuntura e a luta das Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul. Para isso a metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica da história Guarani e Kaiowá, dos seus modos de vidas, além da análise dos documentos finais da Aty Kuña. E para melhor compreensão da conjuntura, local e situação que estão inseridos os Guarani e Kaiowá será utilizado o trabalho de campo.

Palavras-Chave: Associativismo; Mulheres Guarani e Kaiowá; Aty Kuña.

ABSTRACT

INDIGENOUS WOMEN IN ASSOCIATIONS: The Guarani and Kaiowá and the Aty Kunã

The state of Mato Grosso do Sul presents the second biggest urban indigenous reservation and the second biggest indigenous population of Brazil. Among the ethnicities living in the state are the Guarani and the Kaiowá people. From the 1980's onwards, along with the emergence of new social movements, the movements of indigenous claims emerge on the national scenario. The Guarani and Kaiowá indigenous of Mato Grosso do Sul began to organize to claim their political guidelines to the Brazilian State in 1979. It was during the great religious ritual called Jeroky Guasu and the first assembly Aty Guasu that began the process of articulation for the reoccupation and resumption of the traditional territories, besides the claim for public politics for their people. But it was only in 2006 that the Guarani and Kaiowá women created an assembly to claim guidelines specific to indigenous women, the Aty Kunã. This work focuses on the understanding of colonialism of power and the modern patriarchy under the Guarani and Kaiowá women and analyzes the Aty Kunã in order to understand the conjuncture and the struggle of Guarani and Kaiowá women in Mato Grosso do Sul. To do so, the methodology used was the bibliographical revision of the Guarani and Kaiowá history, their ways of life, besides the analysis of the final documents of Aty Kunã. And to better understand the local conjuncture and the situation that Guarani and Kaiowá are inserted, the field work will be used.

Keywords: Associativism; Guarani and Kaiowá women; Aty Kuña.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|------|
| FIGURA I: Convite para o evento “OREYVY REÑO- N6 somos a raiz dessa terra (ATY KUÑA” | p.22 |
| FIGURA II: Distribuiç6o de terras ind6genas regularizadas por regi6o administrativa..... | p.48 |
| FIGURA III: P6gina do facbook da Aty Kuña..... | p.49 |
| FIGURA IV: Imagem- em-aç6o 1..... | p.50 |
| FIGURA V: Mapa da aldeia de Amambai..... | p.51 |

SUM6RIO

| | |
|--|-----------|
| Introdução..... | 11 |
| Metodologia..... | 13 |
| Capítulo I: A Colonialidade e os Povos Indígenas na América Latina..... | 24 |
| 1.1 Conceituando a história dos povos indígenas na América Latina..... | 25 |
| 1.2 “518 anos de invasão” | 26 |
| 1.3 “Terra é vida, despejo é morte” | 30 |
| 1.4 Estado X Guarani e Kaiowá..... | 33 |
| 1.5 Compreendendo as reivindicações indígenas a partir dos movimentos sociais..... | 34 |
| 1.6 A ATY GUASU..... | 35 |
| Capítulo II: O Gênero Enquanto Categoria de Análise Descolonial..... | 37 |
| 2.1 O Gênero enquanto categoria analítica..... | 38 |
| 2.2 Gênero e colonialidade..... | 39 |
| 2.3 As estruturas de gênero no mundo pré-colonial..... | 40 |
| 2.4 A Mulher Guarani- Kaiowá..... | 44 |
| 2.5 E como vivem as Indígenas Guarani e Kaiowá nos dias atuais..... | 45 |
| 2.6 Considerações..... | 46 |
| Capítulo III – O Associativismo Como Forma de Combate ao Colonialismo e ao Patriarcado..... | 47 |
| 3.1 A organização das mulheres indígenas pelo Brasil..... | 47 |
| 3.2 Mulheres indígenas e(m) associações pelo Brasil..... | 47 |
| 3.3 As mulheres Guarani-Kaiowá em associações..... | 48 |
| 3.4 A ATY KUÑA..... | 49 |
| Retencias Finais..... | 61 |
| Bibliografia..... | 63 |
| ANEXOS..... | 66 |

INTRODUÇÃO

No Brasil até a década de 1970 acreditava-se que o desaparecimento dos povos indígenas seria algo inevitável. Entretanto, a partir da década de 1980 verificou-se uma tendência à reversão da curva demográfica e, desde então a população indígena no país tem crescido de forma constante. Segundo o Censo do IBGE 2010, o Brasil tem 240 povos indígenas que totalizam 896.917 pessoas, e correspondem a 0,47% da população brasileira. É também durante a década de 1980 que se nota o aparecimento de movimentos de reivindicação dos direitos indígenas.

Na região sul do Mato Grosso do Sul encontramos os indígenas da etnia Kaiowá. Eles se distribuem por uma área que se estende até os rios Apa, Dourados e Ivinhema, ao norte, indo, rumo sul, até a serra de Mbarakaju e os afluentes do rio Jejui, no Paraguai, alcançando aproximadamente 100 Km em sua extensão leste-oeste - indo também acerca de 100 Km de ambos os lados da cordilheira do Amambaí (que compõe a linha fronteira Paraguai-Brasil). O território Kaiowá ao norte faz fronteira com os Terena, e ao leste e sul com os Guarani Mbya e com os Guarani Nandeva.

E sendo a cidade de Dourados no Mato Grosso do Sul a cidade que possui a maior reserva indígena urbana, e a segunda maior população indígena do Brasil. A reserva indígena de Dourados (RID) foi criada pelo Serviço de Proteção ao Índio – SPI, em 1917, pelo Decreto Estadual 401 de 1917. Desde seu início, a RID se constituiu como área de acomodação das três etnias, produzindo um sistema multiétnico *sui generis*, que já dura quase um século. (PEREIRA, 2014, p4). Lá se encontram as etnias Guarani, Kaiowá e Terna.

Nesse trabalho irei seguir as considerações de Seraguza (2013) quanto à possibilidade de englobamento dos grupos étnicos Guarani e Kaiowá:

Refiro-me aos Kaiowa e Guarani como povos falantes de Guarani, pois sigo nas considerações de Pereira (2011a), onde a possibilidade de englobamento dos dois grupos étnicos só é possível diante da alternativa linguística, ainda assim, respeitando as variações expressadas por cada grupo. Em relação à nomenclatura de Guarani e Kaiowa é necessário fazer uma observação, à guisa de clareza: adoto, aqui, o sistema de autodeterminação posto na Constituição Federal de 1988 e explicitamente ratificado pelo Brasil por meio do decreto 5051/2004, que incorporou a Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho). (SERAGUZA, 2013).

Sendo assim, esse trabalho tem como objetivo num primeiro momento analisar a condição colonial na qual os Guarani e Kaiowá estão inseridos para em um segundo momento, analisar a consequência que isso traz para as mulheres indígenas Guarani Kaiowá, e para depois compreender seus movimentos de representação.

Metodologia

Início essa monografia com a descrição da metodologia que foi utilizada na feitura dessa monografia, pretendo evidenciar os métodos utilizados para que assim fiquem mais compreensíveis os escritos desse trabalho.

- A falta de informação é uma informação

Comecei essa monografia com a revisão bibliográfica, a intenção era de buscar o que foi e está sendo produzido de conhecimento acerca do tema “Associativismo das mulheres Guarani e Kaiowá” no Brasil, e também no resto do globo. Concentrei a revisão bibliográfica em dois dos maiores e mais conhecidos portais de produções acadêmicas no Brasil; foram eles o Scielo, e o Portal de periódicos da CAPES. Dessa forma, tive condições de também analisar o acesso e a disponibilidade das informações a respeito do tema, pois, sendo o Scielo e o Portal de Periódicos da CAPES - duas das maiores e mais conhecidas plataformas de produções acadêmicas; presume-se que os saberes acadêmicos que estão acessíveis para a população devem ser encontrados nessas plataformas.

Iniciei inserindo palavras chaves relacionadas ao meu tema na área de busca das plataformas. Na tabela abaixo (tabela 1) estão os resultados encontrados.

Tabela 1- Resultados encontrados.

| RESULTADOS ENCONTRADOS | | |
|-----------------------------------|-------------------------------|---------------------------------|
| Palavra Chave | Site | Quantidade de documentos |
| Associativismo Indígena | Scielo | 0 |
| Associativismo Indígena | Portal de Periódicos da CAPES | 18 |
| Associativismo Indígena feminista | Scielo | 0 |
| Associativismo Indígena feminista | Portal de Periódicos da CAPES | 3 |
| Associativismo Indígena Gênero | Scielo | 0 |
| Associativismo Indígena Gênero | Portal de Periódicos da CAPES | 9 |
| Associativismo indígena mulheres | Scielo | 0 |

| | | |
|---------------------------------------|-------------------------------|----|
| Associativismo indígena mulheres | Portal de Periódicos da CAPES | 11 |
| Associativismo indígena mulheres | Scielo | 0 |
| Associativismo indígena luta mulheres | Portal de Periódicos da CAPES | 10 |
| ATY GUASU | Scielo | 0 |
| ATY GUASU | Portal de Periódicos da CAPES | 5 |
| ATY KUÑA | Scielo | 0 |
| ATY KUÑA | Portal de Periódicos da CAPES | 0 |

Depois desse primeiro momento de pesquisas com palavras chaves, já obtive alguns resultados que me levaram a algumas pequenas conclusões, foram elas: (1) O Scielo de nada me serviria para pesquisa, visto que, não encontrei nada em minhas buscas. (2) Pouco se produziu e se produz a respeito de associativismo de mulheres indígenas no Brasil, (3) Ou o que se produz não está disponível de maneira fácil e acessível à população.

Usando só o Portal de Periódicos da CAPES parti para um segundo momento de pesquisa, no qual, passei a analisar o que encontrei nas buscas com palavras chaves. Para isso escolhi as que eu julguei mais relevantes, levando em consideração o número de artigos encontrados, e a pertinência dos artigos para meu trabalho, e então as cataloguei. Abaixo seguem as tabelas em que estão catalogados os resultados que encontrei. As informações catalogadas foram: Nome, autor, tipo de documento, área do conhecimento e descrição, dessa forma consegui ter ideia do que esta sendo produzido na área, e escolher o que poderia ser útil para meu trabalho.

Tabela 2- Palavras chave: Associativismo Indígena Feminista

| Palavra Chave: Associativismo Indígena Feminista | | | | |
|--|--|---|------------------|---|
| Nome | Autor | Tipo de documento | Área | Descrição |
| Subaltern Feminisms /Feminismos Subalternos. (Ensayo) | Ballestrin, Luciana Maria de Aragão | Artigo, Publicado em: Revista Estudos Feministas, 2017, | Ciências Sociais | "Proponho a noção de 'feminismos subalternos' para a compreensão de um movimento paradoxal: a construção dos feminismos outros só é possível quando eles se subalternizam em relação ao próprio feminismo moderno. Como consequência, evidencia-se a tensão entre o limite da fragmentação de diferenças irreconciliáveis e a necessária cosmopolitização da agenda feminista." |
| The influences of the ideological commitments and of the basic theories to the environmental conceptions of the association Kaninde for ethno-environmental. | Silva, Jose Kennedy Lopes ; Siena, Osmar | Artigo, Publicado em: Revista de Gestao USP, 2016, Vol.23(4), p.338(11) | Ciências Sociais | "The objective of this study is to understand the influences of the ideological commitments discussed by Eduardo J. Viola and of the socioeconomical, "environmental knowledge" and "environmental rationality" basic theories, discussed by Enrique Leff, on the environmental conceptions that conduct the management and operation of the Association Kaninde (Kaninde) for Ethno-environmental Defense" |
| Participação e saúde no Brasil | Soraya Vargas Côrtes | Livro Editor: SciELO - Editora FIOCRU | Área da saúde | "Este livro é dedicado ao exame de processos participativos na área de saúde no Brasil" |

Tabela 3- Palavras chave: Associativismo indígena mulheres

| Palavra chave: Associativismo indígena mulheres | | | | |
|---|--|---|----------------------|---|
| Nome | Autor | Tipo de documento | Área do conhecimento | Descrição |
| Sociologia dos movimentos sociais: um branco das teorias clássicas e contemporâneas | Gohn, Maria Da Gloria | Artigo, Publicado em: Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies, July, 2011, Vol.36(72), p.199(29) | Ciência Política | "Este artigo focaliza dois itens básicos nas teorias dos movimentos sociais. O primeiro relativo aos paradigmas analíticos que orientam estas teorias, destacando-se os conceitos e as categorias utilizadas. Nomeiam-se os autores que construíram as teorias clássicas e demarcaram o campo de estudo de uma Sociologia dos Movimentos Sociais. O segundo apresenta um panorama geral das abordagens contemporâneas sobre os movimentos sociais e seus suportes teórico-metodológicos, com destaque para América Latina. Partindo de um breve cenário de movimentos sociais em países latino-americanos, destacam-se os enfoques teóricos utilizados nas análises desses movimentos. Sistematizam-se os enfoques em seis eixos temáticos: fatores culturais, justiça social, resistência, saberes colonizados, aspectos institucionais das ações coletivas e a repolitização dos movimentos nos protestos transnacionais e nas redes sociais de comunicação. Cengage Learning, Inc" |
| Participação e saúde no Brasil | Soraya Vargas Côrtes | Livro Editor: SciELO - Editora FIOCRUZ | Área da saúde | "Este livro é dedicado ao exame de processos participativos na área de saúde no Brasil" |
| Subaltern Feminisms/Feminismos Subalternos. (Ensayo) | <u>Ballestrin</u> , <u>Luciana Maria de Aragão</u> | Artigo, Publicado em: Revista Estudo Feminista, 2017, Vol.25(3), p.1035(2) | Ciências Sociais | "Proponho a noção de 'feminismos subalternos' para a compreensão de um movimento paradoxal: a construção dos feminismos outros só é possível quando eles se subalternizam em relação ao próprio feminismo moderno. Como consequência, evidencia-se a tensão entre o limite da fragmentação de diferenças irreconciliáveis e a necessária |

| | | | | |
|---|-------------------------------|--|------------------------|---|
| | | | | cosmopolitização da agenda feminista." |
| Aspectos socioeconômicos e percepção ambiental dos catadores de caranguejo-uçá ucides cordatus cordatus (L. 1763) (decapoda, brachyura) do estuário do rio mamanguape, nordeste do Brasil | Rômulo Romeu Da Nóbrega Alves | Artigo, Publicado em Interciência, Jan 2003, Vol.28(1), pp.36-43,58-60 [Periódico revisado por pares] | Não consegui encontrar | Não consegui encontrar |
| Agraristas políticos brasileiros | Raimundo Santos | Não encontrei | Não encontrei | "Os textos que integram a I Parte deste livro provêm da pesquisa "Perfis agraristas brasileiros" ora em andamento no CPDA (Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), da UFRRJ, e cujo objetivo consiste em comparar autores da vertente comunista com a matriz representada por José de Souza Martins, sociólogo que tem na reflexão de Florestan Fernandes sua referência básica." |
| Alternative music parties circuit in Sao Paulo downtown: city, corporeality and youth/Circuito de festas de musica "alternativa" na area central de Sao Paulo: cidade, corporalidad | Pereira, Simone Luci | Artigo, Publicado em Revista Famecos - Midia, Cultura e Tecnologia, 2017, Vol.24(2) [Periódico revisado por pares] | Antropologia | "Apresentamos a cartografia de um circuito de festas de musica "alternativa" que vem ocupando espaços nas áreas centrais de São Paulo e protagonizado por coletivos juvenis que atuam no campo da produção cultural na cidade. Buscamos compreender aspectos da economia politica da produção musical-midiática nas bordas do mainstream; e estilo de vida, corporalidades, prática e imaginários juvenis nas culturas urbanas. Usamos como metodologia a etnografia nas festas, com observação e entrevistas com os organizadores e frequentadores, bem como a análise dos sites/fanpages dos coletivos e das festas, em seus conteúdos verbais, sonoros e imagéticos para compreender suas identidades juvenis, |

| | | | | |
|--|-----------------------------|--|------------------|---|
| es, juventude. | | | | estéticas, políticas. Alguns dos resultados já indicam que neste circuito de festas há uma busca de identidades e matrizes musicais e culturais afro latinas (brasileira, caribenha, africana); mesclas de estéticas globais com musicalidades tradicionais dançantes; atuação de jovens engajados em estilos de vida e de consumo "alternativo" evidenciado em gostos musicais, vestuário, alimentação, posturas políticas." |
| Agraristas políticos brasileiros | Raimundo Santos | Não encontrei | Não encontrei | "Os textos que integram a I Parte deste livro provêm da pesquisa "Perfis agraristas brasileiros" ora em andamento no CPDA (Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), da UFRRJ, e cujo objetivo consiste em comparar autores da vertente comunista com a matriz representada por José de Souza Martins, sociólogo que tem na reflexão de Florestan Fernandes sua referência básica." |
| Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba | Tiago Bernardon de Oliveira | LIVRO Editor: SciELO - EDUEPB Data de publicação: 01 January 2015 Idioma: Português | Ciências Sociais | "Ao longo das últimas quatro décadas, a história social do trabalho se tornou um dos mais consolidados ramos da historiografia brasileira. Seus temas, objetos, temporalidades e enfoques teórico-metodológicos se diversificaram, permitindo confrontar distorções e ampliar questões acerca da história da classe trabalhadora do Brasil e de suas relações com as outras classes e com o Estado. Parte dessa diversidade encontra-se reunida neste livro, composto por capítulos que tratam de balanços historiográficos e de aspectos das experiências históricas de classe de trabalhadores e trabalhadoras escravizados, libertos, "livres", urbanos, rurais, sindicalizados ou não, de Alagoas, Pernambuco e Paraíba. Trata-se de uma contribuição coletiva, que almeja servir tanto ao público acadêmico, em especial a estudantes de graduação e de pós-graduação, quanto aos trabalhadores e trabalhadoras, agentes de sua própria história." |
| Engenho de Cana-de-açúcar na | José Luciano Albino | Livro , Não encontrei | Não encontrei | "Estudar a dinâmica cultural de transformação da cachaça de engenho paraibana, compreendendo como algo |

| | | | | |
|--|----------------------------------|--|--|--|
| Paraíba: por uma sociologia da cachaça | Barbosa 01 January 2014 | as informaçõ es de publicaçã o | | se transforma, em termos simbólicos, tornou-se o objetivo deste livro. O estudo foi realizado na região do Brejo paraibano, conhecido pelos conflitos de terra, a exemplo das Ligas Camponesas, e a cultura da cana-de-açúcar processada em engenhos seculares, tal romanceou José Lins do Rego. Assim, este livro se propõe a uma sociologia da cachaça. Uma viagem analítica, mas também de inspiração literária, ao cenário paraibano onde a mesma é produzida e sofre ressignificação, tornando-se requintada e sinônimo de originalidade em cachaçarias e pousadas campestres." |
|--|----------------------------------|--|--|--|

Tabela 4- Palavra chave: Aty Guasu

| Palavra Chave: Aty Guasu | | | | |
|--|-----------------|--|----------------------|---|
| Nome | Autor | Tipo | Área do conhecimento | Descrição |
| Recuperação dos territórios tradicionais guarani-Kaiowá. Crónica das táticas e estratégias | Benites, Tonico | Crônica, Data de publicação: 2015 Idioma: Português Fonte: Centre pour l'édition électronique e ouverte (Cléo) | Ciências Sociais | "A presente crónica tem por objetivo explicitar o processo de reocupação e retomada (jeike jey) dos territórios tradicionais (tekoha guasu) efetuado pelas lideranças religiosas e políticas Guarani-Kaiowá. Articuladas em rede (ñemoiru ha pytyvõ) tal processo se desencadeou no seio da grande assembleia (Jeroky ha Aty Guasu) a partir de meados de 1970 no sul do atual Estado de Mato Grosso do Sul." |

| | | | | |
|--|---|---|----------------------------|--|
| <p>Movement ethnic socio-territorial Guarani and Kaiowa in the state of Mato Grosso do Sul: taken over by the territorial dispute Tekoha-Tekohar</p> | <p>Mota, Juliana Grasieli Bueno</p> | <p>Artigo, Publicado em: Revista NERA, July-Dec, 2012, Vol.15(21), p.114(21)</p> | <p>Ciências Sociais</p> | <p>"The purpose of this article is to understand the Guarani and Kaiowa in Mato Grosso do Sul in their struggle to regain their territories traditionally occupied-- Tekoha-Tekohara understanding them as subjects of an ethnic and socio-territorial movement."</p> |
| <p>La actuacion de la mujer indigena guarani kaiowa en las reivindicaciones territoriales.(dossier)</p> | <p>Stefanes Pacheco, Rosely Aparecida ; Stefanes Pacheco, Isabela</p> | <p>Artigo, publicado em: Iconos, Jan, 2013, Issue 45, p.25(15)</p> | <p>Ciências Sociais</p> | <p>"Este articulo tiene por objetivo abordar el tema de la presencia de las mujeres indigenas en los procesos de reivindicaciones de sus territorios tradicionales. Hace hincapie en que las demandas indigenas y las movilizaciones por sus derechos no son nuevas. A lo largo del siglo XX, han protagonizado sucesivas demandas en defensa de sus tierras y particularmente desde 1980, pusieron en marcha un poderoso proceso de rearticulacion social y politico, con el fin de obtener el reconocimiento como pueblos etnicamente diferenciados. "</p> |
| <p>Apresentação</p> | <p>Roos, Djoni</p> | <p>Apresentação. Publicado em: Revista NERA, July-Dec, 2012, Vol.15(21), p.6(2)</p> | <p>Sem área específica</p> | <p>Trata-se da apresentação da Revista NERA, edição de Julho – Dezembro.</p> |
| <p>Trajectories of transnational mobilization for indigenous rights in Brazil</p> | <p>Vieira, Ana Carolina Alfinito ; Quack, Sigrid</p> | <p>Artigo, Publicado em: RAE, 2016, Vol.56(4), p.380(15)</p> | <p>Ciências Sociais</p> | <p>"This paper addresses this gap by analyzing transnational mobilization around the political and economic rights of indigenous groups in Brazil. We show that early pathways of transnational mobilization generated a set of ideational, organizational and institutional outcomes that enabled previously marginalized actors to shape the directions of institutional change within the country at the time of the Brazilian democratic transition"</p> |

Quando terminei de catalogar e analisar os documentos percebi algumas coisas e cheguei a algumas conclusões. A primeira delas é que dos poucos resultados que encontrei a respeito do meu tema, um número muito menor era realmente sobre o tema. Muitos deles apenas citavam as palavras chaves em algum momento e, isso me levou para um número muito menor de resultados relevantes para o meu trabalho. Também notei que a maior parte dos resultados refere-se a produções da grande área das ciências humanas, podendo ser da antropologia, ciência política, sociologia, etc.

Acredito que a falta de informações pode ser interpretada como uma informação. Para Cristiane Lasar (1999) a invisibilidade dos povos indígenas se deve ao fato de que a representação do “índio” está enraizada em fontes remotas que evocam o passado. Isto é, a figura do “índio” representa o antigo, o arcaico, que é o oposto do moderno, e, portanto precisa ser superado, e não precisa ser estudado e compreendido. Para mim, no tempo em que morei na cidade de Dourados no Mato Grosso do Sul, essa teoria da invisibilização e da imagem do indígena como atrasado só se confirma, não foram poucas as vezes que ouvi frases como “índio é folgado”, “índio não quer trabalhar”, “não tem que da terra pra índio não”, e etc. Além disso, a invisibilidade do indígena se torna mais perceptível quando se percebe que são poucos os lugares que há a presença de indígenas na cidade de Dourados. Quando há são lugares públicos, principalmente nas ruas, em quatro anos morando na cidade de Dourados, o único lugar que encontrei indígenas circulando foi no supermercado, e em apenas um supermercado que fica em uma avenida que liga aldeia ao centro da cidade. Nunca em uma loja, nunca em um restaurante, e nenhum outro lugar ou estabelecimento.

Ademais, esse trabalho busca ser ainda mais específico e tratar da temática das mulheres indígenas. Isso faz com que eu tenha que lidar com uma dupla marginalização, ou seja: se tratar de indígenas é tratar de seres inviabilizados pela sociedade, falar de mulheres e por conseguinte do gênero feminino é sempre falar de uma categoria subalternizada pela sociedade num geral. Digo isso não apenas por existir uma hegemonia de perspectivas masculinas nas ciências sociais (LASAR, 1999), mas também pelo fato de ser mulher e conviver com o machismo e patriarcado em todas as esferas de minha vida, todos os dias. Portanto, pesquisar mulheres indígenas é pesquisar uma categoria invisibilizada por ser indígena e subalternizada por ser mulher.

Vale ressaltar que a bibliografia encontrada na revisão bibliográfica não foi suficiente para tessitura dessa monografia. Juntamente com os textos que julguei como necessários, da

revisão bibliográfica, utilizei textos que me foram indicados ou que encontrei de alguma outra maneira. Algumas autoras como Ângela Sacchi (2006), Lauriene Seraguza (2013), Priscila Anzoategui (2017) e Rita Laura Segato foram fundamentais para encontrar os rumos dessa monografia.

- Campo (?¹)

Juntamente com a revisão bibliográfica, a leitura e o estudo de texto, artigos, teses e, etc. Essa pesquisa se propõe a utilizar do Trabalho de Campo. Esse trabalho de campo foi realizado a partir das minhas observações e constatações em ambientes nos quais havia indivíduos indígenas ou não. A cidade de Dourados no Mato Grosso do Sul possui a maior reserva indígena urbana, e a segunda maior população indígena do Brasil, e então, observar como, em que condições, de que maneira, e por onde os indígenas circula(va)m fez parte do meu campo. Além disso, estar presente em eventos, dentro da universidade e fora dela também fez parte do meu campo. Conversar de maneira informal com mulheres indígenas, e também com pessoas que de alguma maneira convivem com as mulheres indígenas, como por exemplo, uma professora da Faculdade intercultural indígena da- UFGD (FAIND), e uma militante e defensora dos direitos indígenas também foi parte do meu campo. Digo isso, pois todas essas informações que fui recolhendo de maneira “informal” estão presentes nas minhas percepções e, por conseguinte nos meus escritos dessa monografia.

De todos esses momentos em que fui captando meu campo, cito dois eventos em que estive presente e me foram muito marcantes. O primeiro deles aconteceu no dia 19/04- data que se comemora o “dia do índio”- no auditório da faculdade de ciências humanas da UFGD. Nessa data estava acontecendo a Aty Guasu e em homenagem a esse dia foi realizado um evento em que estavam presentes algumas lideranças políticas Guaranie Kaiowá, bem como, lideranças religiosas. Durante o evento, que foi organizado por uma mulher indígena em parceria com professores e estudantes da UFGD, tive a oportunidade de ver algumas mulheres que estavam presentes nas etnografias que estudei discursarem. Também presenciei alguns cantos e rezas indígenas. Em todo momento eles deixaram claro que o “dia do índio” não era um dia de comemoração e sim, um dia de luta e resistência.

¹ O ponto de interrogação se refere justamente à multiplicidade e não “definição com precisão” dos contornos do que na antropologia/sociologia chamamos de “trabalho de campo”. Se os contornos existem é em grande medida porque se trata de uma atividade arbitrária.

Outro momento marcante foi um evento com mulheres indígenas em um centro cultural na cidade de Dourados. O evento denominado “ORE YVY REÑO! - Nós somos a raiz dessa terra!” teve como intenção promover uma roda de conversa entre as mulheres Guarani e Kaiowá e os karaí para conversar sobre os saberes tradicionais e apresentar mais da cultura Guarani e Kaiowá.

O principal tema da noite foi o corpo da mulher indígena, território, saúde e educação, e foi a primeira vez que ouvi as mulheres indígenas falando especificamente sobre o tema mulher.

FIGURA I: Convite par ao evento “OREYVY REÑO- Nó somos a raiz dessa terra (ATY KUÑA- Assembleia das Mulheres Guarani e Kaiowá, 2018, s/p)”



Em suma, a metodologia utilizada nessa pesquisa vai do teórico à práxis. Para compreender o associativismo das mulheres indígenas, empenho-me em compreender primeiramente os Guarani e Kaiowás, os seus modos de vida, as suas histórias, o local e a situação que estão inseridos, para então buscar compreender como as mulheres se organizam.

- Documentos

Um terceiro momento da metodologia se deu com a análise dos documentos finais da Aty-Kuña². Essa foi a forma escolhida para compreender as discussões realizadas nas assembleias, assim como traças paralelos e diferenciações nos resultados obtidos nas assembléias.

² Mais a frente esse termo e será explicado.

CAPÍTULO I: A COLONIALIDADE E OS POVOS INDÍGENAS NA AMÉRICA LATINA.

Esse primeiro capítulo visa conceituar alguns termos que serão utilizados no decorrer dessa monografia. Como também, se propõe a situar no tempo/história os Guarani e Kaiowá do Mato Grosso do Sul, rememorando sua história recente e compreendendo a atual situação desse povo.

Para a melhor compreensão da história recente dos Guarani e Kaiowás e, conseqüentemente, da atual condição dos povos Indígenas em Mato Grosso do Sul, primeiro é necessário o entendimento da conjuntura histórica dos Povos Indígenas na América Latina, isto é, é necessário compreender a condição colonial que a história indígena vem sendo submetida.

Pouco se sabe a respeito da história dos povos indígenas na América Latina antes da chegada das caravelas europeias. Isso porque, diferentemente dos povos originários europeus, não muito se estudava sobre os povos originários do continente americano, não existindo dados precisos sobre a origem, população e sobre a história destes. Algo que pode guardar diálogo com a invisibilidade (estratégica) quanto aos extermínios. Com a chegada dos europeus no continente americano o contexto muda, a história do continente americano passa a ser também a história dos povos europeus, e dessa forma, se torna a história das grandes navegações, a história da colonização europeia na América, e acaba se tornando a história do “descobrimento da América”. A história dos vencedores, como suscita Walter Benjamin é a que prevalece na memória de quem somos. Como bem pontua Emanuela Silva sobre a importância das narrativas (re)produzidas para trazer à tona no presente o que se esqueceu (propositadamente) no passado:

Benjamin (1987: 197-200) se preocupou intensamente com essas questões referentes à narração clássica, a perda da tradição do contar histórias, enfim, ele via uma nova teoria da historiografia revolucionária que era a rememoração salvadora de um passado esquecido. Por isso a narração é fundamental para a constituição do sujeito. Benjamin afirma que, com as guerras surge nova barbárie. É a pobreza da experiência e o contentar-se com pouco. Não existe mais narrador que tenha vivido as histórias que conta. Os soldados voltam pobres de narração das guerras, isso preocupa Benjamin. É preciso lutar contra o esquecimento para que o tempo não venha abolir os trabalhos dos homens e suas façanhas. (SILVA, 2009, p.24).

Entretanto pensar a América Latina, e em consequência os povos americanos, a partir da história do descobrimento da América é pensar por uma perspectiva colonialista³, e para compreender a real história dos povos indígenas é preciso primeiro compreender a condição colonial que a história vem sendo formulada (MASO, 2016, p.24). Essa monografia pretende (também) compreender primeiramente a condição colonial em que a história indígena vem sendo formulada, para em um segundo momento analisar os resultados disso.

Mas o que é pensar por uma perspectiva colonialista? É, e resumo, pensar sob uma série de conceitos que são utilizados para inferiorizar um povo perante o outro, para que dessa forma se possa domina-los. A seguir esses conceitos vão ser dissertados.

1.1 Conceituando a história dos povos indígenas na América Latina.

Desde que as caravelas europeias ancoraram no continente americano criou-se, junto com a colonização⁴ dos povos e do território americano, um projeto político de inferiorização e exclusão dos povos que aqui se encontravam. Este projeto foi baseado em uma lógica de dominação, que é fundamentada na classificação racial e étnica, da população do mundo, e foi usada como forma de estabelecer um novo padrão de poder mundial. Tal padrão é o modo de agir responsável por produzir a colonialidade do poder enquanto (re)produtor de relações hierárquicas.

A colonialidade do poder opera em cada um dos âmbitos, planos e dimensões, sejam elas materiais ou subjetivas da existência cotidiana e da escala social (QUIJANO 2007). Foi a colonialidade do poder que submeteu os povos latinos americanos a imposição do modo de agir e do imaginário europeu. Dessa forma, foi a responsável por fundamentar a exploração e dizimação dos povos indígenas, juntamente com a aniquilação de suas culturas, seus modos de vida e de suas produções de subjetividade. Sendo assim, é um elemento central no debate da questão indígena. Segundo Quijano, a história dos povos indígenas na América foi formulada em uma condição colonial, que produziu um desencontro entre a experiência histórica e as perspectivas de conhecimento, e as marcas da colonização estão no ser, saber e no poder da América latina. A colonialidade faz parte dos elementos que compõem o conceito de novo

³ A seguir esse conceito será melhor explicado.

⁴ É a ação de colonizar um território de maneira imperialista, dominando suas riquezas minerais, vegetais, econômica e política. Em síntese, trata-se da ação de impor modos de ser e de estar para aqueles que já estavam originariamente no território.

padrão de poder mundial, criado pela Europa, esses elementos se retroalimentam e convergem nessa nova forma de poder que explora e inferioriza.

Para melhor compreender esse –novo padrão de poder mundial- primeiro é necessária a compreensão das implicações do “descobrimento” da América para a Europa. O modelo Europeu e eurocêntrico de poder, dominação e influência sob(re) os outros povos é produzido no território americano. Para Anibal Quijano (2005, p. 202), a América tornou-se o primeiro espaço/tempo de um novo padrão de poder mundial no qual a figura da modernidade é a primeira identidade desse novo padrão. Isto é, foi primeiro na América que novas formas de dominação e exploração foram usadas para estabelecer um novo padrão de poder que viria a se tornar mundial.

O mito da modernidade (e de desenvolvimento e progresso) é outro elemento que alimenta o novo padrão de poder mundial. Para Enrique Dussel, a modernidade nasceu quando a Europa se confrontou com o seu “Outro” podendo assim controla-lo, violenta-lo e vence-lo. Dussel descreve o mito da modernidade em sete pontos, são eles:

1. A civilização moderna autodescreve-se como mais desenvolvida e superior (o que significa sustentar inconscientemente uma posição eurocêntrica).
2. A superioridade obriga a desenvolver os mais primitivos, bárbaros, rudes, como exigência moral.
3. O caminho de tal processo educativo de desenvolvimento deve ser aquele seguido pela Europa (é, de fato, um desenvolvimento unilinear e à européia o que determina, novamente de modo inconsciente, a “falácia desenvolvimentista”).
4. Como o bárbaro se opõe ao processo civilizador, a práxis moderna deve exercer em último caso a violência, se necessário for, para destruir os obstáculos dessa modernização (a guerra justa colonial).
5. Esta dominação produz vítimas (de muitas e variadas maneiras), violência que é interpretada como um ato inevitável, e com o sentido quase-ritual de sacrifício; o herói civilizador reveste a suas próprias vítimas da condição de serem holocaustos de um sacrifício salvador (o índio colonizado, o escravo africano, a mulher, a destruição ecológica, etcetera).
6. Para o moderno, o bárbaro tem uma “culpa” (por opor-se ao processo civilizador) que permite à “Modernidade” apresentar-se não apenas como inocente mas como “emancipadora” dessa “culpa” de suas próprias vítimas.
7. Por último, e pelo caráter “civilizatório” da “Modernidade”, interpretam-se como inevitáveis os sofrimentos ou sacrifícios (os custos) da “modernização” dos outros povos “atrasados” (imaturos)¹⁷, das outras raças escravizáveis, do outro sexo por ser frágil, etcetera. (DUSSEL, 2005, p.59)

Portanto, o mito da modernidade baseia-se na ideia de que a Europa Ocidental é o centro do mundo, e que eles possuem o único povo civilizado do globo, além de, possuírem uma cultura superior às demais, e a forma correta de produção de conhecimento. Sendo assim, o resto do globo é a periferia da Europa, que precisa se desenvolver para alcançar a modernidade, pois possui uma cultura inferior, uma população bárbara, isso é, não civilizada, e uma forma errada de produzir conhecimento. E então o papel do colonizador europeu é o de civilizar a população da periferia, podendo fazer isso de qualquer maneira, inclusive usando de violência. Em suma, a modernidade trata-se de um projeto político de exclusão que aliado à colonização resulta no encobrimento do outro, no caso o nativo americano, o indígena. Algo que na antropologia é conhecido como etnocentrismo que mais especificamente no caso da imposição europeia sobre a América se torna eurocentrismo.

Outro produto do “descobrimento” e “conquista” da América que corroborou com o novo padrão de poder eurocêntrico foi o capitalismo moderno. A nova dinâmica do capitalismo consistiu na convergência de todas as formas de controle do trabalho, recursos e de produtos existentes, até então, e formou o primeiro padrão de controle dos mesmos. Segundo Quijano, esse sistema só foi possível devido à exploração da América latina que permitiu associar a exploração de recursos, a centralização do capital na Europa e a articulação de um sistema classificatório de organização do trabalho.

O sistema de organização classificatória do trabalho é fundamentado no conceito de raça. Lembremos: no Brasil a raça estrutura classe. O termo raça é utilizado para caracterizar e agrupar indivíduos que possuem determinadas características físicas provenientes de uma mesma herança cultural (BECKER E OLIVEIRA, 2013). Assim como o conceito de modernidade, o conceito de raça foi criado pelos europeus. Antes da colonização da América não havia registros sobre tal ideia que a partir de diferenças fenotípicas escalona hierarquicamente a vida social. Dessa forma, foram produzidas novas identidades sociais: negros, índios, mestiços, dentre outras. Essa diferenciação entre as supostas raças serviu para consolidar hierarquicamente relações de poder, além de definirem lugares e papéis na sociedade, e desde então vem sendo utilizado como um eficaz instrumento de dominação, ainda mais quando aliado ao conceito de gênero, outro conceito usando como instrumento de dominação. Cria-se uma situação “natural” de inferioridade, baseada em algo que não é possível mudar o “ser” do colono.

Destarte com a conformação colonial se deu formação de uma nova estrutura de poder, cujo arranjo é formado pela combinação de diversas estruturas históricas. Para Aníbal Quijano, a modernidade que desencadeia a colonialidade, por isso para ele é essencial a desconstrução dessas ideias, juntamente a dos “produtos” (ou efeitos) que sustentam esses conceitos. A ideia de raça, usada para classificar a sociedade, o capitalismo como sistema de exploração, eurocentrismo como modo de produção de subjetividade e Estado-Nação⁵ como forma de controle da autoridade coletiva. Todos esse conceitos estão presentes na história do povos indígenas, e dessa forma a história deles passa a ser também a história de luta e resistência a colonialidade do poder .

No próximo tópico a história recente dos Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul será dissertada.

1.2 “518 anos de invasão”

A colonização do território Guarani e Kaiowá, no atual estado do Mato Grosso do Sul, foi uma das mais tardias dentre os povos indígenas do Brasil. Isso se deve ao fato de eles se encontrarem no interior do país, e com isso a colonização teve início apenas no pós guerra da Guerra tríplice aliança⁶, também conhecida como Guerra do Paraguai (1864-1870). Com medo de perder seus territórios o governo brasileiro inicia uma política oficial de povoamento da faixa de fronteira entre o Brasil e o Paraguai, e com isso o território Guarani e Kaiowá começa a ser colonizado.

Durante a década de 1880 a forma encontrada pelo Estado brasileiro de “ocupar⁷” esses territórios foi concedendo uma enorme porção de terra, com a finalidade de extração da erva-mate, para a empresa Cia. Matte-Larangeira. Dessa forma, foi permitindo a exploração exclusiva pela empresa Cia. Matte-Larangeira da erva-mate nativa na região em que estavam localizados os territórios Guarani e Kaiowá. Tônico Benites (2014) chama esse período de uma nova forma de mediação com os Guarani e Kaiowá, baseada, sobretudo, na mão-de-obra para exploração da erva-mate.

⁵ Na terceira parte desse capítulo será melhor dissertado sobre esse conceito.

⁶ Foi o maior conflito armado internacional ocorrido na América do Sul. Foi travada entre o Paraguai e a Tríplice Aliança, composta pelo Brasil, Argentina e Uruguai. A guerra estendeu-se de dezembro de 1864 a março de 1870.

⁷ Que de fato foi invasão.

Apesar de esse ser o princípio da expulsão, expropriação, e confinamento dos Guarani e Kaiowá, em seus próprios territórios, a concessão das terras Guarani Kaiowá para a Cia. Matte-Laranjeira foi, em relação aos eventos que ainda estavam por vir, menos nociva para os povos indígenas, pois como a Cia. Matte-Laranjeira tinha o monopólio exclusivo da extração da erva mate não foi possível a penetração de mais colonos na região - só quem fazia a extração era os integrantes das famílias extensas. Dessa forma, apesar de perderem o controle de suas terras os indígenas puderam permanecer em seus territórios tradicionais.

É pertinente observar que até a década de 1920, mais ou menos, a Cia. Matte-Laranjeira acabou protegendo involuntariamente os territórios Guarani e Kaiowá, visto que, como ela tinha o monopólio da exploração da erva-mate, ela impedia a penetração de outros colonos na região (MURA 2006 APUD BENITES, 2014, p.41 apud MURA, 2006).

A partir de 1915 até 1928 foram criadas, pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), oito reservas indígenas no atual Estado do Mato Grosso do sul. Contudo, pode-se dizer que até meados da década de 1930 os Guarani e Kaiowá tinham o seu modo tradicional de vida preservado, e viviam de maneira autônoma. Os recursos naturais ainda eram preservados, e, portanto, eles podiam caçar nas florestas e no campo, tinham a disposição árvores e vegetações para colher alimentos e plantas medicinais, era possível pescar nos rios e córregos das redondezas, além de consumir suas águas.

Contudo, a criação das reservas indígenas pela SPI, que não compreendia o modo de vida Guarani e Kaiowá, e a forma de ocupação de seus territórios, fez com que os indígenas fossem pressionados a se deslocarem pelas oito pequenas reservas criadas, e essas reservas passaram a ser consideradas pelo Estado os únicos espaços oficiais destinados aos Guarani e Kaiowá. Além disso, em meados de 1940 a Cia Matte Laranjeira perde a concessão da exploração da erva mate na região. Esses dois fatos contribuíram significativamente para expulsão dos povos indígenas de seus territórios, pois a concentração desses povos em reservas possibilitou a expropriação de seus territórios, além disso, com a saída da Cia. Matte Laranjeira, as terras dos Guarani e Kaiowá passaram a ser consideradas “terras vazias” e “terras devolutas”, tornando-se assim objeto legal de comércio (BENITES, 2014).

A situação fica ainda pior entre as décadas de 1950 a 1970. É importante ressaltar que no período anterior não foram todas as famílias que foram “colocadas” nas reservas. Nessa nova

“fase” de expulsão dos indígenas das terras que eram concedidas a Cia. Matte Larangeira ressalte-se que elas foram loteadas e se tornaram inúmeras fazendas privadas.

Os novos ocupantes se apossaram das terras também por meio de relações com agentes políticos locais, contando com a atuação de missionários, militares e de funcionários dos órgãos indigenistas do Estado, tanto o antigo SPI quanto com a FUNAI. O modo de operar para expulsão dos indígenas foi com grande violência. (BENITES, 2014, p.42).⁸

Foi durante o século XX que o governo brasileiro não só foi conivente do processo contra os indígenas, como foi agente da expulsão e expropriação das populações Guarani e Kaiowá de seus territórios no atual Mato Grosso do Sul. Praticando e corroborando com inúmeras formas de violências contra tais populações. Foucault analisa essas ações estatais como racismo de Estado (FOUCAULT, 2010), o racismo de estado age fragmentando o biológico de maneira que se crie uma hierarquização social, com raças superiores e inferiores. A partir dessa fragmentação passam a existir vidas (raças superiores) que valem mais do que outras vidas (raças inferiores), e dessa forma o Estado escolhe o que/quem deve viver e o que/quem deve morrer.

No próximo item procuro expor como o despejo dos Guarani e dos Kaiowá é significativo pela ótica e percepção deles, principalmente, no que tange a interpretação que esses povos têm sobre suas terras, além da importância que eles dão ao seu modo de vida.

1.3 “Terra é vida, despejo é morte”.

Falar em povos indígenas é também falar de diversidade. Não se pode generalizar ou estereotipar os povos indígenas em uma única figura, pois eles possuem culturas, costumes, línguas e hábitos muito diferentes. Segundo dados do IBGE hoje no Brasil existem aproximadamente 896,9 mil indígenas - o que representa 0,47% da população brasileira - divididos em 254 povos diferentes e com 274 línguas distintas. Contudo, em uma tentativa de estabelecer um padrão entre eles, pode-se dizer que a terra é um elemento em comum para todos. Terra é corpo. Para população indígena a terra é vista como elemento essencial para a sobrevivência, não apenas por uma questão física, mas também espiritual. Mas não se trata de qualquer terra, e sim da terra em que estão localizados, seus territórios tradicionais, isso é, os

⁸ Nesse primeiro momento de contextualização histórica uso o autor Tônico Benites devido ao fato de que além de ele ser um antropólogo e pesquisador dos Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul, ele é indígena pertencente à etnia Kaiowá, da aldeia Jaguapiré, município de Tacuru. Dessa forma, considero importante a leitura e interpretação desses fatos a partir de um teórico indígena.

territórios em que seus antepassados viviam de maneira autônoma, com seus modos de vida, costumes, hábitos, religião, etc, e onde estão enterrados como parte deste todo da biodiversidade que resulta na noção de cosmovisão/cosmologia.

A organização dos Guarani e Kaiowá é centrada nas famílias extensas, isto é, famílias compostas por pelo menos três gerações: avôs e avós, filhos e filhas, genros e noras, netos e netas e, no passado, todos residiam juntos em uma grande casa. A figura central está nas avós e nos avôs que narram suas histórias como modo de passar conhecimentos para a família. Cada família extensa possui um líder doméstico, um líder político que está sob a orientação de um xamã ou de um líder religioso. Dessa forma, cada família extensa vivia de forma autônoma, e em uma distância de até vinte quilômetros uma da outra. Os territórios tradicionais são chamados na língua dos Guarani e Kaiowá de Tekoha ou Tekoha Guasu. O *Tekoha* refere-se ao um espaço territorial com domínio de uma família extensa onde a família pode realizar seu modo de ser - o teko-. Já o Tekoha Guasu é um território mais amplo que abrange várias famílias extensas e várias lideranças religiosas e espirituais. (BENITES, 2009).

Segundo Juliana Mota (2012, p.117) “Nesta expressão -tekoha- é elucidativo que a identidade Guarani e Kaiowa se faz a partir de um lugar em que seu modo de vida é possível de ser realizado”. Conforme a antropóloga Aline Crespe em seu trabalho de doutorado:

Para a introdução, apresento o significado de tekoha, a partir da etimologia da palavra. Teko significa modo de ser e ha é um indicativo de lugar. Assim, o uso mais comum do termo é para se referir a um lugar onde se viveu, se vive ou se pode viver o teko, o modo de ser kaiowá. Este modo de ser não pode ser de qualquer jeito; muito pelo contrário, o modo de ser que os Kaiowá e os Guarani se referem é o bom modo de ser (modo reto, certo), chamado de teko porã (CRESPE, 2015, p.25).

Diferente de como era o modo de vida tradicional dos Guarani e Kaiowá dentro das aldeias instituídas pelo SPI foi imposto um ordenamento militar, com educação escolar, assistência sanitária, e atividades de missões evangélicas. Portanto, a partir do momento em que os Guarani e Kaiowá foram forçados, de maneira violenta, a se mudarem para as pequenas reservas instituídas pelo SPI, eles perderam não apenas seus Tekoha e Tekoha Guasu como também toda sua forma de organização política e doméstica, isto é, os indígenas perderam sua autonomia e de autogovernança.

As famílias extensas, antes de vir assentar nas reservas ou aldeias, viviam longe uma das outras, espalhadas no território, não tendo que disputar nem o espaço nem os recursos naturais. Mas, hoje nas reservas, passaram a disputar o mesmo espaço e as

mesmas fontes de recursos naturais e bens materiais externos, que incluem os cargos remunerados, fomentados pelos organismos públicos (Prefeitura, FUNAI, FUNASA, etc.). (BENITES, 2009, p.48)

Hoje o cone sul do Mato Grosso do Sul possui a maior população indígena do Brasil com aproximadamente 46 mil indígenas. A maior parte desses indígenas se encontra nas oito reservas indígenas criadas pela SPI e em nove terras indígenas demarcadas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Apesar do processo violento e desrespeitoso pelo qual os povos indígenas do Mato Grosso do Sul passaram eles se encontram resistindo para continuar existindo e vivendo da sua maneira. A luta Guarani e Kaiowá deve ser entendida a partir do processo de desterritorialização de seus Tekoha (MOTA, 2012), que levou eles a uma nova forma de vida a qual não conseguiram se adaptar aos modos de viver imposto a eles nas reservas e/ou aldeias. Portanto, os Guarani e Kaiowá escolheram resistir para continuar a existir de sua maneira.

Dados do IBGE apontam que aproximadamente quinze mil indígenas Guarani-Kaiowá reivindicam seus tekoha e tehoha guasu tradicionais. Eles se encontram residindo em áreas de retomada ou até mesmo nas margens de rodovias (BR), segundo o Centro de Trabalho Indigenista (CIT) no Mato Grosso do Sul existem trinta e oito reivindicações de demarcação de terras indígenas.

O aumento do número de Tekoha reivindicados torna representativo a conflitualidade existente no estado de Mato Grosso do Sul. Somente no ano de 2011, no município de Dourados, surgiram dois novos “acampamentos” de retorno ao Tekoha, que criaram novos tensionamentos sobre a posse e uso da terra, disseminando o medo do indígena perante o projeto de desenvolvimento do agronegócio. (MOTA, 2009, p.124).

1.4 Estado X Guarani e Kaiowá

No primeiro tópico vimos os elementos que constituíram um –novo padrão de poder mundial- padrão esse que serviu para inferiorizar e dominar os povos latinos americanos, ao mesmo tempo em que privilegiava e dava poder aos europeus. Nesse tópico vamos discutir sobre como o Estado-Nação foi, foi e ainda é, fundamental para reafirmar e perpetuar tais ideias, e portanto decisivo na atual situação dos Guarani-Kaiowá como descrita na segunda parte desse capítulo.

Na fundação dos Estados-Nacionais na América Latina a condução dos Estados nação passou para uma elite branca e que fora privilegiada ao longo do processo colonial. Dessa maneira, os Estados seguiram sendo expressão da colonialidade de poder, e representando uma organização política que segue dependente de um controle internacional imperialista. Em suma, estes Estados se traduzem até hoje, na imposição da ideologia da “democracia racial” que mascara a discriminação e a dominação colonial. Deste modo, o moderno Estado-Nação é uma marca da colonialidade, e representa o desencontro entre cidadania, democracia e identidade na América Latina. (MASO, 2016 p.35).

O filósofo Michel Foucault analisa o Estado-Nação como praticante do racismo de Estado. Racismo são ideias baseadas em imagens, valores, atitudes e práticas que legitimam, a partir do conceito de raça, a desigualdade e a inferioridade. O racismo de estado seria então: um discurso biológico social que está nas esferas de poder de modo que a população passa a ser governada tomando em conta suas características biológicas, especialmente. O Estado Nação produz uma série de instrumentos capazes de regular a vida e a morte das pessoas que contabilizadas são esquadrihadas nos espaços territoriais tanto do urbano como de outros.

Foucault estabelece a sua análise a partir do genocídio colonizador, e aborda o racismo de Estado como uma estratégia biopolítica, sendo a biopolítica uma tecnologia de governo que possui o poder de “fazer viver” aqueles que interessam para o Estado e “deixa morrer” aqueles que não atendem aos interesses dos Estados-Nação. Dessa forma o exercício do poder, opera sob a vida biológica. Sob este viés, o racismo está diretamente ligado ao funcionamento dos Estados.

A independência do Brasil não representou uma ruptura com a colonialidade do poder, e sim o avanço um maior da sociedade nacional frente aos direitos indígenas. Observando a história dos Guarani e Kaiowá é notório que em nenhum momento o Estado agiu em favor desse povo. Contudo, os indígenas não foram agentes passivos perante o Estado brasileiro, eles seguiram resistindo para ter o direito de existir.

1.5 Compreendendo as reivindicações indígenas a partir dos movimentos sociais.

A cientista política Maria da Glória Gohn (1997, p.335) define os movimentos sociais como “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas

de a população se organizar e expressar suas demandas”. E eu, particularmente, concordo com geógrafa Juliana Mota (2012, p.120) que afirma que “toda organização social que se coloca contra a ordem vigente e/ou manutenção do status quo é movimento social”. No caso da luta dos Guarani e Kaiowá, a ordem vigente/ status quo é de quem está ocupando seus territórios, no caso o agronegócio e o setor sucroalcooleiro. E os povos indígenas é quem está se colocando contra.

O modo de produção das oligarquias sul mato-grossense que tem como alguns princípios a produção em grande escala, o monocultivo, o trabalho assalariado, o uso intensivo de agrotóxicos, e etc. Enquanto no modo de vida no tekoha tinha-se uma organização socioterritorial que respeitava e preservava o espaço e a terra. Portanto, trata-se de modelos socioterritoriais divergentes, e dessa forma a luta pela retomada do tekoha e não deve ser analisada apenas como um conflito conjuntural, mas também como a luta contra um modelo hegemônico desenvolvimento do capitalismo no campo denominado de agronegócio.

Portanto, retomar os tekoha é retomar o “modo correto de viver e ser” Guarani Kaiowá e para isso o povo Guarani-Kaiowa esta se organizando coletivamente e unindo forças para construir a luta a fim de retomar os tekoha.

1.6 A ATY GUASU

Diante dessa condição fundiária conflituosa é que se originam, no fim da década de 1970, as primeiras iniciativas de articulação e luta por direitos, e pela retomada do tekoha. É valido dizer que isso ocorre concomitantemente e que, portanto faz parte, da emergência dos chamados “novos movimentos sociais”.

Em 1979, durante o primeiro grande ritual religioso chamado de Jeroky Guasu e da primeira grande assembleia a Aty Guasu é que começou o processo de articulação para a reocupação e retomada dos territórios tradicionais. Sendo que Jeroky em Guarani Kaiowá é o termo utilizado para se referir a rituais religiosos, e Guasu significa grande. Portanto, em tradução livre Jeroky Guasu é o grande ritual religioso. Durante esse ritual os Guarani e Kaiowá buscam apoio e intervenção divina nos problemas enfrentados aqui na terra, eles fazem isso entrando em contato com diversos deuses e com guardiões de todos os seres do cosmos Guarani e Kaiowá.

Já a Aty Guasu é a grande assembleia, pois aty significa reunião ou encontro, e como já dito Guasu significa grande, logo Aty Guasu refere-se a um grande encontro, que pode ser definido como uma grande assembleia em que as lideranças políticas e religiosas se unem a diversas famílias extensas para discutir e se articular politicamente. A Aty Guasu é o principal foro de discussão e articulação política dos Guarani e Kaiowá que compõem diversos tekoha e tekoha guasu. Durante essa grande assembleia são discutidas as tomadas de decisões importantes que afetam a todos, como por exemplo, a atual conjuntura do seu povo, saúde, educação, e principalmente as decisões sobre a reocupação dos territórios tradicionais.

Segundo Tônico Benites (2012, p.169) a Aty Guasu “Trata-se de uma forma de articulação e organização política intercomunitária e interfamiliar de lideranças que compõe as famílias extensas dos diversos tekoha e tekoha guasu.”.

A partir da década de 1970, o Jeroki Guasu passa a ocorrer com mais frequência, e em 1979 ocorre a primeira edição da Aty Guasu, cuja intenção era começar a discutir a retirada de seus Tekoha, e os novos problemas surgidos como consequência disso. Desde então, a Aty Guasu é organizada periodicamente –normalmente com uma frequência de três em três meses– a partir de uma rede de sociabilidade (MOTA, 2012). Não há um lugar fixo em que a grande assembleia é realizada. Ela ocorre alternadamente em aldeias terras indígenas e acampamentos de retomadas. O local da realização está diretamente ligado com as pautas reivindicatórias, os lugares em que se encontra em conflitos são prioritários, pois os Guarani e Kaiowá creem que a reza pode amenizar o conflito. A religiosidade não é dissociada da política na aty guasu, sendo assim um movimento político-religioso, os líderes religiosos acreditam que a realização de ritual religioso é fundamental, pois assim existe diálogo com os seres invisíveis guardiões dos tekoha. Durante os processos de retomada e reocupação é necessário a participação coordenada dos rezadores, portanto o conjunto dos líderes religiosos e de seus auxiliares estão sempre envolvidos nas ações de retomada. Outro fato importante sobre a aty guasu é que todos os membros das famílias extensas participam homens, mulheres e inclusive as crianças e idosos.

Durante a Aty Guasu são discutidas as Jeike Jey que são as táticas de reocupação dos territórios tradicionais. A palavra Jeike significa entrar, ocupar ou até mesmo afrontar, e Jey significa repetir. O Jeike Jey é a resposta dos Guarani e Kaiowá a expulsão de seus povos dos seus territórios, envolvendo as famílias extensas, os líderes políticos, e religiosos. A partir da década de 1980 começa os primeiros Jeike Jey, isto é, os primeiros processos de recuperação e retomada dos tekoha. A demora na identificação, demarcação e homologação das terras

indígenas pelo governo federal faz com que esse processo continue durante a década de 1990, e até o fim dessa década muitas terras foram reocupadas, são elas Tekoha Jaguapiré, Paraguasu, Guasuty, Jaguary, Sete Cerro e Cerrito. Contudo, nem todas foram reconquistadas totalmente, e ainda existem muitas que não foram devolvidas, fazendo com que o movimento de retomada por suas terras siga até os dias de hoje, e provavelmente seguirá até que sejam devolvidas. Sendo assim, a Aty Guasu segue desde 1979 atuando para reverter e contestar a dominação colonial Guarani e Kaiowá pelo karai (não índio): os fazendeiros e os agentes do SPI. (BENITES, 2014).

Agora que compreendemos o contexto colonial em que os Guarani e Kaiowá do Mato Grosso do Sul estão inseridos, e um pouco da história recente e de suas lutas. Vamos voltar o olhar e especificamente para as Mulheres Guarani e Kaiowá, vamos analisar como o colonialismo foi ainda mais danoso para as mulheres e compreender suas reivindicações e suas associações.

CAPÍTULO II: O GÊNERO ENQUANTO CATEGORIA DE ANÁLISE DESCOLONIAL.

Las concepciones del mundo de las mujeres no son iguales en todos los pueblos originários. Hay sub-estratos y superestratos culturales históricamente contruidos que hacen variar las relaciones entre los géneros femenino y masculino, desapareciendo los otros posibles, en diversas nacionalidades. Las culturas matrilineales, patrilocales, tolerantes con las sexualidades no reproductivas, misóginas, sin hegemonía sexual, fuertemente patriarcales, con roles económicos intercambiables o excluyentes, fueron todas sometidas por el cristianismo pero no resultaron en una única concepción del ser mujer u hombre. Sus diferencias tienen una relación muy profunda con su historia antigua, con su historia colonial y con su historia de reinvencción nacional reciente. (CELENTANI, Francesca G. 2014, p. 76)

Nesse capítulo vamos analisar a situação das mulheres indígenas no continente americano tendo em vista a condição colonial a qual a América Latina está inserida, como anteriormente discutido. Para isso iremos utilizar o Gênero enquanto categoria de análise como proposto pela historiadora Joan Scott. O objetivo é analisar o panorama geral das mulheres indígenas, para que assim possamos melhor entender a atual conjuntura das Mulheres Guarani Kaiowá em Mato Grosso do Sul, e conseqüentemente compreender suas lutas.

2.1 O Gênero enquanto categoria analítica.

A premissa de que sexo é biológico, e gênero é socialmente construído vai dar início a nossa análise. Esse entendimento entre gênero e sexo foi um dos pontos de partida fundamental dos estudos feministas, e foi muito usado até a década de 1980. Uma das teóricas feministas que começou a repensar essa concepção, e assim trouxe novas perspectivas para os estudos de gênero, foi a historiadora estadunidense Joan Scott. Scott buscou desconstruir alguns vícios do pensamento ocidental como a oposição tida como universal e atemporal entre homem e mulher.

Para Scott, gênero são símbolos e significados construídos sobre a base da percepção da diferença sexual, e utilizados para compreensão de todo o universo, incluindo as relações sociais e mais precisamente as relações entre homens e mulheres. Dessa forma a autora entende gênero como um saber sobre as diferenças sexuais, e ela compreende o saber enquanto poder. Sendo assim, ela acredita que existe uma relação direta entre gênero e relações de poder, na qual o gênero é uma forma de dar sentido às relações de poder.

Scott não nega a existência de diferenças sexuais, mas acredita que elas se constroem de maneira hierárquica, isto posto, o gênero é então uma percepção sobre as diferenças sexuais, que hierarquiza essas diferenças dentro de uma maneira de pensar engessada e dual, é então, conseqüentemente, uma forma primária de dar sentido as relações de poder. Dessa maneira, Scott critica a forma descritiva que o Gênero vem sendo utilizado, pois a autora acredita que o gênero trata-se de uma categoria analítica. Em sua concepção a utilidade do gênero enquanto categoria analítica é a possibilidade de nos aprofundar nos sentidos construídos sobre os gêneros masculino e feminino, e assim transformar homens e mulheres em perguntas e não em categorias fixas, para ela o gênero não pode, e não deve, ser entendido como natural e imutável, também não se deve essencializa-lo enfatizando suas constâncias e permanências. Portanto, não se deve utilizar o gênero apenas para descrever as relações que enxergamos, mas sim adotando-o como referencial que nos permita perceber os significados e desigualdades construídos sobre esse conceito.

2.2 Gênero e colonialidade

Agora que compreendemos o Gênero enquanto categoria analítica, o nosso objetivo passa ser analisar qual o papel das relações de gênero na colonialidade do poder, e como isso influencia os povos, e principalmente, as mulheres indígenas. O objetivo é, portanto, não apenas analisar o gênero enquanto um dos temas da crítica descolonial ou como um aspecto de dominação dentro da colonialidade de poder, mas sim compreende-lo como uma categoria central que influencia todos os outros aspectos impostos pela modernidade para os povos indígenas (SEGATO, Rita L. p 12).

Existe um cruzamento entre o patriarcado, a colonialidade e os povos indígenas. Desse cruzamento se deriva o patriarcado colonial moderno, a colonialidade de gênero e o contexto das lutas por autonomia. Para compreender esses três contextos é primeiro necessário descolonizar o pensamento ocidental a cerca do gênero ocidental, isto é, é necessário olhar sem conceitos previamente estabelecidos como se dava as estruturas de relação entre homens e mulheres dos povos originários Latino-Americanos. Os entendimentos sobre o gênero e sobre feminismo previamente citados nesse trabalho são entendimentos brancos e ocidentais, e nesse primeiro momento não vai nos servir como parâmetro para entender as relações de gênero na América latina pré- colonial.

Dentro do pensamento feminista existem três posições sobre o gênero na América latina pré-colonial. O primeiro pensamento é do feminismo eurocêntrico, essa corrente de pensamento afirma que o problema da dominação de gênero é universal e sem maiores diferenças, e acredita que o feminismo eurocêntrico pode, e até deve, transmitir seus conhecimentos e avanços no campo do direito moderno para as mulheres não-brancas, indígenas e negras dos continentes colonizados, pois estas estão em posição inferiores de direito em relação as mulheres do continente Europeu. A segunda posição acredita que as relações de gênero foram trazidas com a colonização, e que no mundo pré-colonial as relações de gênero eram inexistentes. E a terceira posição afirma a existência das relações de gênero no mundo pré-colonial, contudo assegura que elas não existiam da mesma forma que no conceito ocidental, e nem mesmo como são hoje. Esse pensamento reconhece um patriarcado de baixa intensidade no mundo colonial.

Nesse trabalho adotaremos o a terceira posição a cerca do gênero no mundo pré-colonial, isso porque, a primeira posição se mostra colonialista já que não reconhece as implicações da colonização no continente americano, e coloca todas as mulheres na mesma posição, com as mesmas dificuldades e problemas. Não adotaremos a segunda posição, pois existem dados documentais, históricos e etnográficos que apontam a existência de estruturas de diferenciação semelhantes as que conhecemos como relações de gênero na modernidade. Sendo assim, a terceira posição é a mais coerente visto que, assume a existência de relações de gênero no mundo pré-colonial, conforme existem dados documentais provando, e também assume as diferenças existentes entre as estruturas das relações de gênero ocidentais e as relações de gênero no mundo pré-colonial.

Como dito na citação inicial desse capítulo as concepções das relações de gênero, e do papel social da mulher no período pré-colonial são muito diversas e variam de povo para povo. Além disso, são estruturas diferentes das estruturas ocidentais, e também diferentes da maneira que se estrutura nos dias atuais. As relações de gênero no continente americano também tiveram suas estruturas modificadas pelo colonialismo e pela episteme da colonialidade, que fora cristalizada e reproduzida de maneira permanente pela matriz estatal republicana. (SEGATO).

A colonialidade é uma matriz que divide, separa e agrupa os seres hierarquicamente, como vimos no primeiro capítulo a raça é um dos conceitos usados para construir as hierarquias sociais. Assim, como a raça o gênero, que se encontra diretamente vinculado ao patriarcado, é um divisor hierárquico, e ambos são articulados na expansão do Estado modernizador no interior das nações e acompanhados pelas instituições e o mercado. Tal articulação leva a

desintegração do tecido comunitário, produzindo caos e introduzindo a desordem nas estruturas já existentes. E para as mulheres os resultados dessa expansão são ainda mais malignos

2.3 As estruturas de gênero no mundo pré-colonial.

Retomando Scott e a sua teoria de gênero como categoria analítica, se analisarmos as diferenças de gênero entre o mundo pré-colonial e a ordem colonial moderna podemos perceber com clareza o contraste entre seus respectivos padrões de vida, em todos os âmbitos e não apenas nos relativos ao gênero. Scott propõem três planos de análise (1) Gênero enquanto categoria fundamental, por meio da qual se atribui sentido a tudo. (2) Gênero enquanto maneira de organizar as relações sociais, e (3) Gênero como estrutura de análise de identidade pessoal. Vamos observar esses três aspectos para compreender como se estruturavam e se estruturam as relações de gênero no ocidente, na América pré-colonial, e na América pós-colonial.

Na América pré-colonial existiam estruturas de diferenciação semelhante as que conhecemos como relações de gênero na modernidade, essas estruturas também continham hierarquias de prestígio entre o masculino e o feminino, representadas por figuras que podem ser entendidas como homens e mulheres. (SEGATO). Portanto, existiam estruturas que podemos considerar como estruturas Gênero, contudo tais estruturas se comportavam de maneiras distintas das estruturas de gênero ocidentais.

Dentre os Guarani-kaiowás no Mato Grosso do Sul, por exemplo, as relações de gênero se dão a partir da ideia de que homens e mulheres são “opostos simétricos”. (SERAGUZA, 2017). A simetria é definida como tudo aquilo que pode ser dividido em partes, sendo que ambas as partes devem coincidir perfeitamente quando sobrepostas, isso significa que as partes da estrutura de gênero, isto é, o homem e a mulher, se completam cada um com a sua maneira, sua função. Tal ideia vai de encontro com a construção ocidental de gênero enquanto hierarquia, já que na hierarquia é uma ordenação contínua de autoridades que estabelece os níveis de poder e importância, de forma que a posição inferior é sempre subordinada às posições superiores. Portanto, enquanto para os Guarani-kaiowá o gênero tem uma função de complementariedade, para o mundo ocidental o gênero agrega uma ideia de superioridade.

Podemos entender que as mulheres atuam na produção de relações políticas com a alteridade, e na produção de pessoas, conhecimentos e aldeias,

geradas/fabricadas/constituídas a partir da relação entre política, cosmologia e parentesco. Este me parece um bom caminho para se pensar a sexualidade e o gênero entre os povos indígenas. (SERAGUZA, 2017).

Segundo a antropóloga Rita Laura Segato, no mundo pré-colonial o doméstico é um espaço ontológica e politicamente completo com sua política própria, com suas associações próprias, e hierarquicamente inferior ao público, mas com capacidade de autodefesa e de autotransformação. Sendo assim, a antropóloga considera que a relação de gênero neste mundo configura um patriarcado de baixa intensidade, se comparado com as relações patriarcais impostas pela colônia e estabilizadas na colonialidade moderna.

Quando a modernidade chega a América Latina o gênero se modifica perigosamente, pois intervém na estrutura de relações dos indígenas e a reorganiza introduzindo uma ordem e transformando os sentidos, e introduzindo uma ordem regida por normas diferentes (SEGATO s/a). A nova ordem é regida por discursos super-hierárquicos, a antropóloga Rita Laura Segato no artigo “Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial*” aponta alguns pontos que contribuem com essa nova ordem super-hierárquica, são eles:

A superinflação dos homens no ambiente comunitário, isso ocorre, pois os homens passam a serem os únicos intermediários entre os povos indígenas e os brancos e posteriormente com a administração branca. Acontece assim uma binarização dos espaços, cria-se a *esfera* pública, por oposição ao outro, constituído como espaço privado, sempre em uma relação hierárquica.

O modo organizacional do núcleo doméstico Guarani-Kaiowá coloca a mulher de suma importância para a organização da parentela, ela é responsável por “levantar” a as pessoas e de “controlar” o fogo doméstico, entre os Guarani são nomeadas por *taipy jara*, (dona do fogo). Dentro da simetria Guarani-kaiowá o papel da mulher é muito importante, pois sem a mulher não há o fogo doméstico. A concepção hierárquica de superioridade, do público em relação ao privado, não se encaixa aqui, os prestígios para os povos indígenas são diferentes.

A “eleição” dos homens como interlocutores privilegiados serviu aos interesses da colonização, Segundo Arlette Gautier : “a colonização carrega consigo uma perda radical do poder político das mulheres, ali onde existia, enquanto os colonizadores negociaram com certas

estruturas masculinas ou as inventaram, com o fim de conseguir aliados” (Apud SEGATO), assim promoveram a “domesticação” das mulheres e sua maior distância e sujeição para facilitar a empreitada colonial.

O segundo fator que Segato cita como contribuição para a nova ordem super-hierárquica é a “emasculação⁹” dos homens frente aos brancos, que sujeita os indígenas a sua ao domínio branco. Segundo Segato:

Este processo é violentogênico, pois oprime aqui e empodera na aldeia, obrigando a reproduzir e a exibir a capacidade de controle inerente à posição de sujeito masculino no único mundo agora possível para restaurar a virilidade prejudicada na frente externa. As relações intra-familiares com mulheres e filhos são particularmente prejudicadas. Isto vale para todo o universo da masculinidade racializada, expulsa da condição de “não branca” pelo ordenamento da colonialidade. (SEGATO).

Outro aspecto que o gênero moderno traz é o sequestro de toda deliberação sobre o bem comum, por parte da esfera republicana. Isso os indígenas perdem a tutela dos seus modos de vida e do seu bem estar, que passa a ser administrada pelo branco que acredita ser mais capaz e ter mais recursos para isso. Isso acarreta na perda dos vínculos exclusivos entre mulheres que orientavam sobre a reciprocidade e colaborações solidárias, tanto nos rituais quanto nas tarefas produtivas e reprodutivas, se vem destruídas no processo de encapsulamento da modernidade como “vida privada”, isto é, o ambiente doméstico se torna privado, e de quem o habita apenas. As consequências negativas desse aspecto são diversas para as mulheres.

Durante o meu trabalho de campo participei de um evento com as mulheres Guarani-Kaiowá em um centro cultural da cidade de Dourados/MS, o evento chamado de “ORE YVY REÑOI - Nós somos a raiz dessa terra!” teve como intenção promover uma roda de conversa entre as mulheres Guarani e Kaiowá e os Karai para conversar sobre os saberes tradicionais das mulheres Guaraní e Kaiowá e apresentar mais da cultura Guarani e Kaiowá, mas o tema principal desse evento era o corpo da mulher indígena, território, saúde e educação.

Em um bate papo informal, as mulheres apresentaram plantas medicinais que usam nos períodos menstruais, plantas que administram em mulheres grávidas, plantas para que usam

⁹ Emasculação é o ato de extirpação da genitália externa masculina: pênis e escroto com seu conteúdo (testículos). O homem ou o animal perde a capacidade de cópula e de reprodução. Contudo Rita Laura Segato usa a palavra de maneira figurativa para representar a extirpação da masculinidade dos homens indígenas frente aos homens brancos.

como métodos contraceptivos entre outras...Durante a conversas elas reclamaram da assistência que as mulheres indígenas recebiam nos hospitais quando grávidas e disseram que preferiam ter seus filhos em casa, da maneira tradicional Guarani e kaiowá. A violência obstétrica que atinge uma em quatro mulheres no Brasil¹⁰, é ainda maior e mais severa quando se trata das mulheres indígenas, para além das violências que as mulheres brancas sofrem as mulheres indígenas sofrem também por terem sua cultura desrespeitada.

Outra consequência que o gênero moderno traz para as mulheres é ruptura dos vínculos entre as mulheres e do fim de suas alianças políticas, isso as tornou progressivamente mais vulneráveis a violência masculina no ambiente doméstico. O confinamento do espaço doméstico e, por conseguinte, o confinamento das mulheres no espaço doméstico trazem consequências terríveis no que respeita à violência que as vitimiza. (SEGATO s/d). É, portanto, necessário compreender que essas consequências são plenamente modernas e produto da modernidade, assim como as características do crime de genocídio são originárias dos tempos modernos, os feminicídios como práticas de extermínio das mulheres são também uma invenção moderna.

Além de ser uma categoria que dá sentido às relações sociais o gênero pode ser analisado enquanto estrutura de análise de identidade pessoal. No mundo pré-colonial, apesar de estruturas de diferenciação de gênero, elas são muito mais frequentes a abertura e trânsito e circulação entre as posições do que no equivalente ocidental. (SEGATO). Com a chegada do colonizador as diversas formas da sexualidade foram impostas por regras com o intuito de fixar as práticas de matriz heterossexual binária, e as outras formas de sexualidade foram colocadas sob a perspectiva de pecado. Isso prova que muitos dos preconceitos morais, como a homofobia, são na realidade preconceitos, costumes, tradições modernas, isto é, oriundos do padrão criado pela colonial/modernidade. (SEGATO s/d)

Esses fatores nos permitem analisar de que forma o gênero ocidental foi implantado na América latina, e de que forma ele alimenta a violação dos direitos e a violência contra as mulheres indígenas. Sendo assim, as novas estruturas de gênero reorganizaram as relações sociais na América ameríndia, e trouxeram maiores violências para as mulheres indígenas. As mulheres foram excluídas por excelência do programa de modernidade. Pensar a mulher

¹⁰ Dado divulgado pela pesquisa “Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado” feita pela Fundação Perseu Abramo em parceria com o SESC.

indígena é pensar um corpo que tem sido duplamente marginalizado, por ser mulher e por ser indígena.

A colombiana Franchesca Galardo em seu premiado livro “Feminismo desde Abya Ayala” (2013) afirma que a violência genocida exercida pelos colonizadores sobre os povos indígenas da América latina durante o processo de conquista territorial criou uma jurisdição que deu uma posição subordinada a mulheres e homens indígenas, e ao mesmo tempo resultou em um fortalecimento de todos os patriarcados ancestrais existentes influenciando em uma leitura perversa da complementaridade dos diferentes. Ela então propõe a ideia de descolonização acompanhada de despatricartização, isso significaria uma mudança nas relações de gênero herdadas do cristianismo, que faz as mulheres indígenas sofrerem os efeitos do patriarcado ancestral e ocidental. Seria necessário então retomar as posições ancestrais de não dominação masculina.

2.4 A Mulher Guarani- Kaiowá

Após compreender a colonialidade do poder na história dos indígenas na América Latina, e em seguida o gênero enquanto categoria analítica usaremos desses conceitos para entender quais são as implicações do “ser Mulher e Guarani- Kaiowá”, para depois compreender suas lutas, pautas e reivindicações. Partirei do pressuposto de Seraguza (2013, p.16) de que “Situar as mulheres nas etnografias produzidas sobre os falantes de Guarani é uma maneira de se aproximar dos estudos de gênero na Antropologia e oferecer subsídios para pensar o lócus do poder de onde falamos.”.

Minha análise sobre as mulheres Guarani e Kaiowá vai partir de dois referenciais. O primeiro referencial será a análise de etnografias já produzidas sobre as mulheres Kaiowá e Guarani, tendo essas etnografias como orientação, para melhor compreendê-las recorrerei a algumas vivências minhas, em eventos com mulheres Guarani-Kaiowá, idas a aldeias, conversas informais com mulheres Guarani-kaiowá, e etc. Utilizarei dessa experiência como meu trabalho campo. Portanto, buscarei fazer um paralelo entre o teórico e o empírico.

2.5 E como vivem as Indígenas Guarani e Kaiowá nos dias atuais

Como dito anteriormente, os Guarani e Kaiowá se organizam socialmente por meio de famílias extensas. Essas famílias extensas são lideradas por uma figura masculina que é como se fosse o equivalente a figura do “pai de família” na cultura ocidental, e este normalmente

exerce funções civis e religiosas. (CHAMORRO, 2008). Já a mulher Guarani e Kaiowá possui responsabilidade na ordem do coletivo e da parentela, em uma condição de portadora de alteridade radical (SERAGUZA, 2013). Ser casada ou ser solteira produz diferenças na forma como a mulher indígena vai viver. A condição de solteiro encontra-se inferior a condição de casada, isso seja na atuação profissional no engajamento político e intelectual, assim como nos processos xamanísticos e rituais. Isso se deve ao fato de que o matrimônio possibilita o aumento de alianças e o fortalecimento da família.

Para compreender a mulher Guarani e Kaiowá nos dias de hoje e suas reivindicações é necessário compreender que com a expropriação dos Guarani Kaiowá de seus territórios tradicionais não é mais possível que Guarani e Kaiowá vivam plenamente seu modo de vida tradicional. Conseqüentemente, a atual situação das famílias Guarani-Kaiowá gerou novas formulações de papéis culturais associados ao sexo e a posição geracional (PEREIRA, 2008).

Estas reformulações realocam as posições de status, prestígio e poder associadas a cada um dos sexos, redefinindo as relações de gênero e o formato das relações geracionais. Os Kaiowa são assim levados a reelaborarem suas construções de geração e gênero a partir das transformações e mudanças provocadas nesses campos nesses campos da vida social pela situação histórica atual. (PEREIRA, 2008, p.5).

É também necessária a compreensão de que não estamos falando de mulheres indígenas em situação de isolamento, e sim de indígenas com contato diário com a cultura não indígena e com os karai¹¹. Para o antropólogo Clifford Geertz (1978, p.15) a cultura é uma teia de significados tecida pelo homem, e essa teia orienta a existência humana. Portanto, interação entre a cultura indígena e a não indígena, resultou em um novo modo de vida para as mulheres Guarani e Kaiowá.

As violências contra as mulheres indígenas são causadas em muitos âmbitos. Elas sofrem por não poderem viver plenamente seus modos de vida tradicional- seja por não estarem em seus territórios tradicionais, ou por estarem em apenas pequenas porções desse. Também sofrem com os problemas relacionados à questão indígena, como o preconceito de Estado e da sociedade, bem como, a falta de políticas públicas e de amparo do Estado. E por serem mulheres sofrem com as violências de uma sociedade machista e patriarcal como é a sociedade brasileira.

¹¹Karai é a palavra utilizada para os indígenas para se referir aos não indígenas.

A nossa sociedade funciona de maneira que se você for homem, branco, europeu e heterossexual, sua vida vale mais do que se você for mulher, negra, homossexual e latina. Em suma, quanto mais se afastar do padrão mais oprimido ou ainda, mais sua vida será precária para o Estado (BUTLER, 2003). Por consequência, nessa “escala” produzida pela sociedade, as mulheres indígenas por se afastarem do padrão sendo mulheres e indígenas, se encontram duas vezes marginalizadas, isto é, suas vidas importam duas vezes, uma por ser mulher e outra por ser indígena, menos dentro da sociedade, e por consequência para o Estado.

2.6 Considerações

Ao longo desse capítulo podemos perceber como se deram as transformações da estrutura do gênero na América latina, percebemos que a colonização tornou a estrutura mais hierárquica, e como consequência mais violenta para as mulheres indígenas. Também pudemos compreender melhor o modo de vida das mulheres Guarani e Kaiowá. Tendo em vista essa análise teórica e histórica fica mais fácil de compreender o contexto das lutas das mulheres Guarani e Kaiowá.

CAPÍTULO III – O ASSOCIATIVISMO COMO FORMA DE COMBATE AO COLONIALISMO E AO PATRIARCADO.

3.1 A organização das mulheres indígenas pelo Brasil

Como meio de resistência ao colonialismo, ao patriarcado e as consequências desses as mulheres indígenas se organizam para combatê-los em todo o Brasil. As pautas das mulheres indígenas pelo Brasil, são relacionadas a: demarcação de terras, violência familiar e inter étnica, falta de representatividade política, elas lutam pelo acesso a meios técnicos e financeiro para

geração de renda, pela saúde reprodutiva, soberania alimentar, e por mais representatividade e menos estereotipização e objetificação.

Nesse capítulo vou trazer uma perspectiva geral do associativismo das mulheres indígenas pelo Brasil, durante a história recente, mais precisamente pós-constituição de 1988. Tendo como objetivo mostrar as articulações, reivindicações, pautas, dificuldades e conquistas, para que em seguida possa dissertar sobre as Guarani-Kaiowá em Mato Grosso do Sul.

3.2. Mulheres indígenas e(m) associações pelo Brasil.

As mulheres indígenas da Amazônia brasileira foram pioneiras em se agruparem em associações para reivindicar suas pautas. Concomitantemente com o aparecimento dos movimentos de reivindicação dos direitos indígenas, em meados da década de 1970 e 1980, e como parte dos novos movimentos sociais, as mulheres indígenas começam a se organizar para reivindicar seus direitos. De início as questões de gênero eram quase que exclusivamente tratadas apenas por lideranças femininas que eram usadas como as “vozes” da comunidade. Contudo, a partir da década de 1990 começa-se a institucionalizar as demandas por igualdade e respeito às diferenças.

As primeiras associações foram a Associação de Mulheres Indígenas do Auto do Rio Negro (Amarn) e, a Associação das Mulheres Indígenas do Distrito de Taracuá, Rio Uaupés e Tiquié (Amitrut). No ano de 2002 foi realizado o I Encontro de Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira, e durante o evento legitimou-se o Departamento de Mulheres Indígenas (DMI). O objetivo do DMI é inserir e promover os direitos e interesses específicos da mulher indígena no interior do movimento indígena, e como demanda para políticas públicas, tal iniciativa facilitou a articulação e organização de novos grupos de mulheres.

Já na região Nordeste a primeira associação surge em 2007, a Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoime), a Apoime realizou o primeiro encontro regional de mulheres indígenas. Também em 2007 Centro-Sul, a articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (Arpin-Sul) realizou o primeiro encontro regional de mulheres indígenas.

O movimento de mulheres indígenas desde então só cresceu, as indígenas espalhadas por todo o Brasil se unem para se organizar e resistir a todas as formas de violência que estão sujeitas a sofrer.

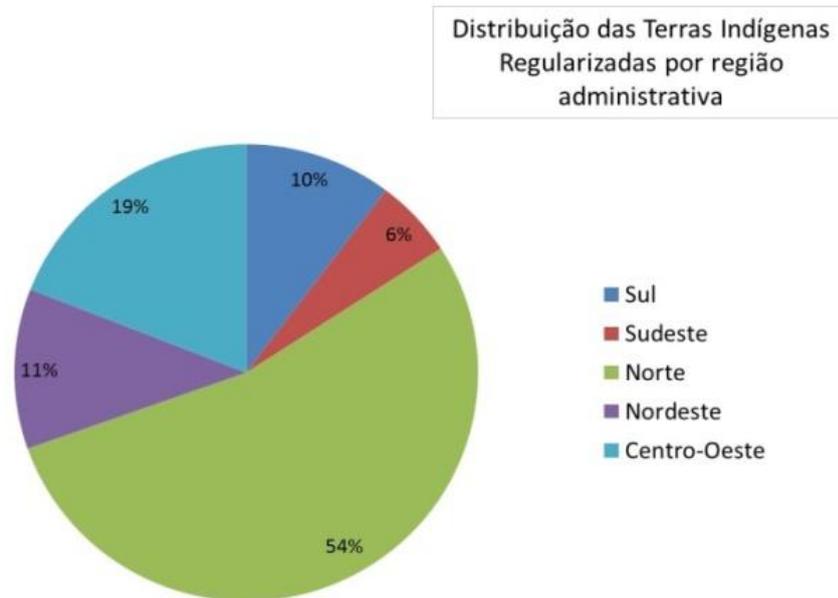
3.3 As mulheres Guarani-Kaiowá em associações

Quando comecei a pesquisar o tema de associativismo de mulheres indígenas, meu primeiro referencial teórico foi Ângela Sacchi (2006). Sacchi analisa as associações indígenas na região norte. Entretanto, quando me debrucei sobre os escritos notei que não havia nenhum trabalho semelhante no estado de Mato Grosso do Sul. Priscila Anzoategui (2017) explica que isso acontece devido ao fato de que no norte do país existe um número muito maior de terras demarcadas. Dessa forma, as mulheres dos movimentos de mulheres indígenas do norte do país são atravessados por elementos distintos em relação aos das mulheres Guarani e Kaiowá.

Vejamos a distribuição fundiária de demarcações já realizadas em terras *brasilis*, neste cenário tão perverso porque contrário aos avanços da Constituição Federal de 1988, mais especificamente sobre o reconhecimento das terras tradicionais e respectivos direitos originários dos indígenas.

Sendo assim, seguindo os passos de Anzoategui (2017), volto minha pesquisa para uma associação “sem personalidade jurídica”, que é *Aty Kunã Guasu*, a Grande Assembleia das Mulheres Guarani e Kaiowá. Remarcamos o caráter informal no tocante aos ditames normativos do Direito (Civil brasileiro), a fim de reforçarmos a potência destas associações, movimentos no sentido da filosofia da diferença, com noções como as de Michel Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari.

FIGURA II: Distribuição de terras indígenas regularizadas por região administrativa.



3.4 A ATY KUÑA

A Aty Kuña, a assembleia das mulheres em tradução livre, é considerada uma categoria da Aty Guasu -Grande assembleia dos Guarani e Kaiowá. Quando eu iniciei esta pesquisa, as mulheres estavam articulando mais uma edição do evento, depois de dois anos sem nenhuma edição do mesmo. Acompanhei a organização e articulação por uma página no facebook a qual as mulheres indígenas alimentavam com informações sobre o evento.

Outro meio que encontrei informações, sobre o decorrer do evento e também sobre os encaminhamentos ao fim dele, foi o site do Conselho Nacional Indigenista (CIMI)¹². Além

¹² O Cimi é um organismo vinculado à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) que, em sua atuação missionária, conferiu um novo sentido ao trabalho da igreja católica junto aos povos indígenas. Criado em 1972, no auge da Ditadura Militar, quando o Estado brasileiro adotava como centrais os grandes projetos de infraestrutura e assumia abertamente a integração dos povos indígenas à sociedade majoritária como perspectiva única, o Cimi procurou favorecer a articulação entre aldeias e povos, promovendo as grandes assembleias indígenas, onde se desenharam os primeiros contornos da luta pela garantia do direito à diversidade cultural. Em sua prática junto aos povos indígenas, o Cimi assume como objetivo geral: Testemunhar e anunciar profeticamente a Boa-Nova do Reino, a serviço dos projetos de vida dos povos indígenas, denunciando as estruturas de dominação, violência e injustiça, praticando o diálogo intercultural, inter-religioso e ecumênico, apoiando as alianças desses povos entre si e com os setores populares para a construção de um mundo para todos, igualitário, democrático, pluricultural e em harmonia com a natureza, a caminho do Reino definitivo.

disso, como a minha intenção não é analisar apenas sobre o evento de 2017, utilizei informação retiradas do site do CIMI sobre os eventos anteriores ao de 2017.

FIGURA III: Página do facebook da Aty Kuña.



A primeira coisa que notei enquanto analisava as informações sobre a Aty Kunã é que tanto o nome oficial do evento, quanto à data em que o primeiro foi realizado podem variar. O nome pode variar entre Aty Kunã, Aty Kunã Guasu e Kunãngue Aty Guasu, mas ambos se referem a Grande Assembleia das Mulheres Guarani e Kaiowá. Quanto à data da primeira vez que o evento foi realizado pode variar entre 2006 e 2012. As informações ficam confusas até mesmo na página alimentada pelas mulheres Guarani e Kaiowá (imagem), no nome da página é Aty Kuña, mas a arte da página chama de Kunãngue Aty Guasu. Sobre a data também há uma divergência, enquanto o convite para o evento chama para a quarta edição em 2017, a carta final do evento chama a edição de 2017 de quinto encontro. Pode-se com isto inferir em termos sugestivos, que a questão do “tempo” Chronos como pautado no tique e taque de nossos relógios ocidentais para os indígenas e aqui aos Kaiowá e Guarani é no mínimo inadequado, pois em suas formas de ser e de estar não é nosso horário que guia suas vivências. Para as mulheres, por exemplo, a vivência da maternidade (SERAGUZA, 2013) dá o tom para a memória de suas existências, tornando-se um marcador importante. Mas não apenas. Acompanhemos o calendário constante na escola Panambizinho, uma das únicas terras indígenas já demarcadas e homologadas. As doze fatias de um ano, diferentemente de nosso calendário recheado por meses e dias, consta de fenômenos ligados também ao que é supra-humano ou extra-humano como com o Universo (ou “Natureza”). Eis as cosmovisões ou cosmologias indígenas. Simone Becker e Esmael Oliveira (2016, s/p) fazem estas articulações. Sigamos:

Desde o primeiro dia de trabalho de campo conjunto, uma das inquietações suscitada e com-partilhada por Esmael foi: em que medida a estrutura da escola, apesar de se

localizar dentro de uma comunidade indígena e ter como perspectiva pedagógica uma prática “intercultural”, pouco se coadunava com o contexto de onde estava situada e também em relação ao público atendido: crianças e jovens indígenas. Para Esmael (Oliveira) foi emblemático tanto a estrutura da escola, quanto algumas mensagens fixadas em algumas salas, como também a própria forma de organização da sala de aula e das formas de relação estabelecidas entre professores e alunos/as. (BECKER, OLIVEIRA, 2016, s/p)

FIGURA IV: Imagem- em-ação 1



Para fechar a questão do tempo e do calendário, nota-se que se tratam atividades ligadas a seus modos de ser e estar no mundo que se relaciona com o meio ambiente- cosmologia, cujas forças fogem ao “controle” do humano.

Como não encontrei nenhuma diferenciação entre os nomes das referências à Grande Assembleia de Mulheres Kaiowá e Guarani, pela praticidade escolhi usar o nome Aty Kuña para me referir ao evento. E sobre a data de início irei me basear nos escritos da antropóloga Priscila Antoguezzi que afirma que a primeira Aty Kunã teve início em 2006.

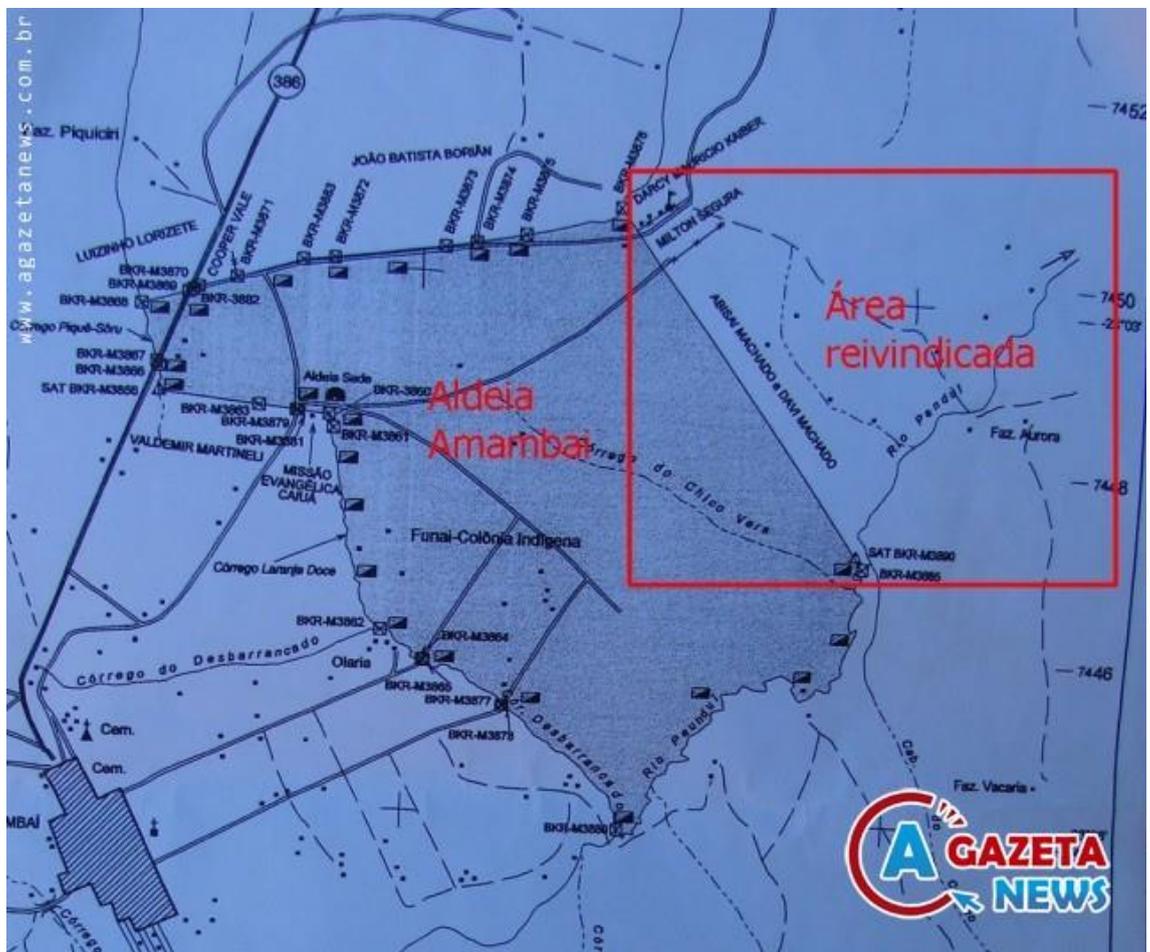
Sendo assim, a Aty Kunã Guasu, teve sua primeira realização em 2006, em *Nãnderu Marangatu*, após o despejo¹³ de 2005. Mas depois desse primeiro encontro, as mulheres Guarani e Kaiowá só voltaram a se organizar em 2012, no que foi a segunda edição do evento, na reserva Jaguapiru em Dourados. No ano seguinte as mulheres se reuniram novamente na terceira edição do evento no Tekoha Sombrerito em Sete Quedas.

A quarta edição do evento aconteceu em 2014 em Sucuriy, Maracaju/MS. Depois disso as mulheres voltaram a se encontrar somente no ano de 2017, no que foi a quinta edição do

¹³ O despejo significa a saída obrigatória do local de residência; ação judicial que obriga alguém a sair do local que se encontra.

evento, no Tekoha Kurusu Amba, em Coronel Sapucaia, e a mais recente edição do evento ocorreu em 2018 na aldeia Amambaí, no município de Amambai/MS.

FIGURA V: Mapa da aldeia de Amambai.



A Aty Kuña surge como uma forma de reivindicar as pautas específicas das mulheres indígenas Guarani e Kaiowá, cansadas da pouca participação e pouco espaço de fala na Aty Guasu¹⁴, em 2006 elas se organizaram no que seria a primeira Assembleia das mulheres indígenas Guarani Kaiowá. O local escolhido para a realização da *Aty Kunã* foi Ñanderu Marangatu. O intuito não era apenas começar esse movimento de mulheres, mas fortalecer também a comunidade, já que em dezembro de 2005, esta sofreu um despejo. E foi durante a Aty Guasu, que a comunidade que estava morando na beira da estrada decidiu retornar a sua terra sagrada, Ñanderu Marangatu.

¹⁴ As Aty Guasu são as assembleias que a comunidade como um todo é pautada tendo os homens espaço de maior proeminência em suas organizações (SERAGUZA, 2013; ANZOATEGUI, 2017).

Segundo Anzoategui (2017), as primeiras mulheres a organizar a *Aty Kunã Guasu*, foram a Guarani-Kaiowá Alda, a professora Léia, liderança de *Ñanderu Marangatu* (já falecida), Dona Aurea e Dona Clementina, moradoras da reserva Limão Verde em Amambai. São poucas as informações a respeito desse evento.

Apesar de ter sido um marco na história de luta do movimento de mulheres Guarani e Kaiowá, a segunda edição da *Aty Kunã* demorou mais de seis anos para acontecer. No artigo de Seraguza (2015), a antropóloga afirma que durante a realização da *Aty Guasu* de Arroio Korá, em 2011, as mulheres sentiram novamente a necessidade de terem um espaço para serem representadas, e então, uma indígena pegou o microfone e convocou as mulheres convocou todas as mulheres para se reunirem numa sala para organizar a assembleia das mulheres.

E assim foi realizada a segunda edição da *Aty Kuña*, em 2012, durante o evento as mulheres demonstram repúdio a aprovação da PEC 215¹⁵. Também discutiram sobre a situação de violência e marginalidade que se encontram as aldeias, assim como sobre o problema da desnutrição infantil, a respeito da educação, e sobre o problema dos suicídios e das drogas dentro das aldeias. Eis as questões que retroalimentam o que Michel Foucault chamará de racismo de Estado, ou seja, um Estado Moderno que seleciona pelas suas engrenagens quem merece vingar com vidas menos precarizadas do que outras.

Já em relação às pautas diretamente vinculadas às mulheres, foi discutido sobre o descaso do atendimento pela SESAI (Secretaria de Saúde Indígena), a discriminação e a violência doméstica. Também foi questionado o crescimento do agronegócio, que segundo elas invade as terras indígenas, polui os rios, e destrói as matas. As mulheres afirmaram que são elas as que sofrem as consequências desses problemas, e por fim elaboraram uma carta com 19 exigências.

Nós, Mulheres Indígenas, queremos de volta nossos direitos!

Exigimos:

¹⁵ A PEC 215 “Inclui dentre as competências exclusivas do Congresso Nacional a aprovação de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e a ratificação das demarcações já homologadas; estabelecendo que os critérios e procedimentos de demarcação serão regulamentados por lei.” Segundo informações no site câmara. E a atual situação é: “Pronta para Pauta no PLENÁRIO (PLEN); Aguardando Designação de Relator na Comissão Especial destinada a apreciar e proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 215-A, de 2000, do Sr. Almir Sá e outros, que “acrescenta o inciso XVIII ao art. 49; modifica o § 4º e acrescenta o § 8º ambos no art. 231, da Constituição Federal” (inclui dentre as competências exclusivas do Congresso Nacional a aprovação de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e a ratificação das demarcações já homologadas; estabelecendo que os critérios e procedimentos de demarcação serão regulamentados por lei), e apensadas (PEC21500)” Segundo informações do mesmo.

1. A urgente identificação e demarcação de nossas terras, como condição para diminuir a fome, a dependência e violência em nossos *Tekoha*. Reforçamos as propostas assumidas no documento da *Aty Guasu de Jaguapire* nos dias 29 de fevereiro a 04 de março;

2. Garantia de participação das mulheres e do Conselho *do Aty Kunã* nas instancias de controle social, bem como na concepção, construção e implementação de programas e ações governamentais voltados para nossos *Tekoha*;

3. O reconhecimento, fortalecimento de nossas práticas tradicionais, seja medicinal, religiosa, cultural e de produção alimentar voltadas para autonomia e autoafirmação de nossos *Tekoha*.

Segurança para as Mulheres em nossas aldeias e acampamentos

4. A Delegacia da Mulher funcione por período integral, inclusive aos finais de semana e feriado e atendimento diferenciado, respeitando a diversidade da língua e da cultura da mulher indígena;

5. Criação e implementação de um centro de atendimento para a mulher indígena na aldeia Jaguapiru-Dourados;

6. Sejam efetivados e reforçados os programas de segurança dentro das aldeias com especial atenção a mulher indígena, garantido o plantão de atendimento à noite e finais de semana;

7. Sejam implementadas e efetivadas políticas específicas e diferenciadas bem como a promoção de programas de prevenção e combate a violência e discriminação contra a mulher indígena;

8. Sejam criados, implementados e efetivados programas de capacitação de servidores(as) públicos(as) em gênero, cultura e direitos humanos, de forma a garantir o direito à diversidade de língua e cultura das mulheres indígenas.

Saúde diferenciada e de qualidade e para a mulher indígena

9. Que haja melhoria da qualidade de atendimento à população indígena em geral e em particular à mulher indígena. Que a SESAI assume sua responsabilidade e que o atendimento chegue às bases com qualidade e agilidade. *“Estamos cansadas e ver nossas companheiras morrendo nas filas dos postos de saúde!”*

10. Sejam criados, implementados e efetivados programas de capacitação em gênero, língua e direitos humanos aos agentes e demais profissionais da saúde de forma a garantir um atendimento humanizado e diferenciado às mulheres indígenas;

11. Sejam estabelecidos postos de saúde nos acampamentos tendo assegurados sua estrutura de recursos humanos, material e saneamento básico;

12. Implantação e implementação de mecanismos adequados de efetivo monitoramento e avaliação dos impactos ambientais dos projetos de monocultura e uso indiscriminado de agrotóxicos que atingem diretamente nossas aldeias causando intoxicações, envenenamentos e mortes;

13. O acesso à água de qualidade é um direito humano básico. Garantir o acesso à água de qualidade e em quantidade suficiente em nossas aldeias (atenção especial a aldeia Bororó- Dourados);

14. Criação de CAP's, CREAS, CRAS e Posto de Saúde na aldeia Jaguapiru – Dourados, de modo a responder a demanda;

15. Que a SESAI planeje a compra de ambulância pra os postos de saúde que atenda as aldeias em tempo integral.

Sustentabilidade e Segurança Alimentar

16. Garantir a implementação e efetivação de Políticas Públicas de Incentivo à produção sustentável de alimentos e outros gêneros necessários à nossa reprodução física e cultural, respeitando a diversidade de modos de produção tradicional em diálogo com outros saberes ecologicamente sustentáveis;

17. Garantir a recuperação das áreas degradadas, matas ciliares e implementar medidas compensatórias e indenizatórias pelos danos causados aos nossos territórios tradicionais;

18. Implementar programas que fomentem o uso livre e autônomo das sementes crioulas ou tradicionais e que favoreçam a multiplicação de experiências como casas de sementes, bancos de sementes e outras desenvolvidas pelas comunidades indígenas.

19. Que sejam priorizadas e garantidas programas de sustentabilidade e produção de alimentos nas áreas retomadas. (DOCUMENTO FINAL DA II KUNÃ ATY GUASU ALDEIA JAGUAPIRU- DOURADOS- MS 25 A 29 DE ABRIL DE 2012)

No ano de 2013 foi realizada a terceira edição da Aty Kuña, ocorreu em Sombreiro, entre os dias 3 a 7 de abril, uma retomada perto do município de Sete Quedas, mas com o nome diferenciado “*Kuñangue Guarani Ha Kaiowá Aty Guasu Irundyha*”. Durante a edição as mulheres fizeram uma marcha para lembrar o assassinato das lideranças¹⁶ e pedir justiça, na marcha elas carregaram cruzeiros para representar os assassinatos.

E afirmaram a importância das mulheres na militância e lembraram o sofrimento pelo qual elas passam.

O movimento das mulheres Kaiowá e Guarani tem sua história de luta marcada pela perda de lideranças indígenas que foram mortos na luta pelos nossos territórios. Juntamos-nos ao movimento indígena para a conquista de nossos territórios tradicionais, pois sem nosso tekoha não é possível ter uma educação escolar indígena específica e diferenciada; sem nosso tekoha não existe saúde indígena; sem nosso tekoha não teremos meio ambiente sustentável. Com o canto sagrado das mulheres e o grito de nossos guerreiros, nossas falas vêm carregadas do sofrimento existente nas aldeias atuais e na retomadas. Sofrimento que aumenta quando lembramos de nossas terras sendo exploradas, desmatadas, de nossos rios sendo contaminados por venenos agrotóxicos e de nossas crianças crescendo nesse contexto de luta pela terra. (ATY KUNÃ 3º ANO)

A pauta da saúde também foi citada, foi reivindicado um melhor atendimento à mulher indígena, assim como do resto dos indígenas. A maior participação de indígenas dentro da SESAI também foi requisitada. Igualmente foi lembrado da dificuldade de obter documentação (ver CARIAGA, 2017), requerendo que a FUNAI (Fundação Nacional do Índio) garantisse o processo de emissão de documentos na própria terra indígena. Lembremos que a maior parte de demandas envolvendo indígenas junto ao Estado brasileiro, no que a CF de 1988 garante a eles enquanto direitos passa pelos indígenas terem documentos de branco (ver BECKER e MORAES, 2017).

¹⁶ Dados de 2015 apontam que até os últimos 31 anos, pelo menos 12 lideranças foram mortas.

No documento final do encontro, as mulheres mandaram recados aos políticos lembrando estes dos direitos dos povos indígenas e demonstrando a posição contrária a criação de uma associação de parlamentares para representar os Guarani e Kaiowá.

Em 2014 as mulheres Guarani e Kaiowá de Mato Grosso do Sul, se reuniram na 5° Aty Guasu Kunhangue Arandu Ka'aguy, na Terra Indígena Sucuriy, município de Maracaju, entre os dias 25 e 29 de junho.

Com a presença de lideranças, jovens, rezadores, professores e agentes de saúde para refletir sobre o “ser” Mulher Guarani-Kaiowá, e os problemas e desafios que afetam suas comunidades. Elas lembraram a falta de seus territórios e as suas consequências que isso traz para seu povo. E ainda atribuíram à omissão do governo a maior causa dos problemas enfrentados por eles. Também afirmaram que a falta de uma educação diferenciada e adequada se torna instrumento de dominação de seus povos, inclusive porque a educação escolar indígena per si já tende mesmo sob o lema da interculturalidade a apagar a produção de memória dos conhecimentos tradicionais. E reivindicaram, novamente, melhores condições de saúde, entre outras coisas.

Entretanto a pauta mais discutida e que mais causou polêmica foi a permanência de não indígenas morando nas aldeias, no documento final ficou decidido que:

O Aty Guasu Kunhangue Arandu Ka'aguy decidiu que a partir de então não permitirá não índios morar dentro da aldeia, pois a permanência destas pessoas tem trazido muitos problemas, gerando violência, assediando nossas mulheres, implantando igrejas pentecostais que violam nossos ritos tradicionais, ocupam nossas terras e não respeitam nossos costumes agindo com preconceito e racismo, o caso mais grave é nas aldeias de Jaguapirú e Bororó em Dourados. (ATY GUASU 5° ANO, ACESSO 2018, s/p)

Tal decisão foi tomada em meio a vários conflitos, e depois disso a Aty Kuña só voltou a ser realizada três anos depois, em 2017. Anzoategui (2017) investigou os motivos pelos quais as assembleias anuais da Aty Kuña param de ser realizadas

Senti que havia disputas internas, proferidas por fofocas, pois todas as mulheres com quem dialoguei se queixavam que a Aty Kunã não saía porque a organização da assembleia deveria primeiramente passar pelo aval de Dona Alda. Era como se Dona Alda emperrasse o processo, por ser centralizadora, era o que queriam me dizer as mulheres nas entrelinhas das fofocas. (ANZOATEGUI, 2017, p.126)

E a falta de verba também foi citada outro motivo. Mas mesmo não havendo Aty Kunã, as mulheres continuaram participando das decisões políticas dentro e/ou fora dos espaços públicos, o que destaca o agenciamento por elas quando portam ou não a fala do protagonismo constante na Aty Kuña.

No ano de 2017, a Aty Kunã voltou a ser realizada, aconteceu entre os dias 18 e 22 de Setembro de 2017, no município de Coronel Sapucaia em Mato Grosso do Sul, lá estiveram reunidas 600 pessoas entre mulheres, jovens, crianças, do povo Guarani e Kaiowá de todos os Tekoha do Mato Grosso do Sul. Foram discutidas pautas relacionadas à saúde, terra, educação, situação socioeconômica das mulheres Guarani-Kaiowá e violência contra mulher Guarani-Kaiowá. Analisando esse documento podemos perceber que em relação aos outros é a primeira vez que as reivindicações relacionadas às mulheres aparecem descritas detalhadamente.

Situação econômica das Mulheres Guarani e Kaiowá

-Para ter uma situação econômica estável em primeiro lugar exigimos a demarcação de nossas terras, para dela usufruir e tirar o nosso sustento; -Praticamente a única renda que entra mensalmente na casa das famílias Guarani e Kaiowá é a Bolsa Família, mas nem todos tem acesso a esse programa, há uma dificuldade de manter diariamente as crianças nas escolas que é um ponto em que este programa exige devido a distancia da escola e o Tekoha.

-É quase que impossível às mulheres indígenas viver apenas da venda do artesanato, devido à falta de matéria prima, pois as matas estão sendo desmatadas e as sementes estão cada vez mais difíceis de encontrar;

-A questão de instabilidade econômica resulta também no alto índice de suicídio do povo Guarani e Kaiowa, quase 100% dos casos são de jovens indígenas entre 12 e 25 anos, essa triste realidade se dá principalmente pela falta de acesso ao território;

-O tráfico de drogas, prostituição de crianças indígenas, tem crescido nos últimos anos e tem sido a única alternativa devido à falta de emprego e falta de oportunidades para muitos indígenas. Diante de tudo isso exigimos mais oportunidades de trabalho, mais cursos profissionalizantes, mais oportunidades para o povo Guarani e Kaiowá, sobretudo para as mulheres indígenas;

Violência contra as mulheres Guarani e Kaiowá:

-As mulheres indígenas têm sofrido vários tipos de violência, assim como violência física, psicológica, moral, verbal, diante dessa realidade em Reservas indígenas. Principalmente nas áreas de retomadas, as leis não têm sentido, não funcionam e não protegem as nossas Mulheres Guarani e Kaiowá;

-A lei Maria da Penha não se aplica a realidade das Mulheres Indígenas Guarani e Kaiowá, exigimos que ela seja construída de acordo com a nossa realidade juntamente com nós mulheres Guarani e Kaiowá;

-As dificuldades de fazer denúncias sobre as violências sofridas pelas mulheres indígenas, têm sido com muita frequência uma realidade, e na maioria das vezes essas denúncias não chegam há uma delegacia, e se chegam as mulheres não conseguem denunciar pois, a maioria são falantes da língua materna. Diante disso exigimos que tenham mulheres indígenas capacitadas para ser interpretes na delegacia de mulher para ajudar as nossas mulheres Guarani e Kaiowá a encaminhar as denúncias;

-A pensão alimentícia tem sido um grave problema dentre o povo Guarani e Kaiowá, as mulheres não conseguem ter acesso a este direito e as crianças indígenas ficam desamparadas. A Assembleia das Mulheres Indígenas Guarani e Kaiowá vem por meio desta exigir que este direito seja garantido;

-O estupro ainda é tabu dentre o povo Guarani e Kaiowá, mas, são temas que precisam ser abordados. Nesse sentido, viemos através da nossa Assembleia afirmar que o estupro tem acontecido, que a denúncia ainda é uma dificuldade e que as instituições precisam trabalhar com o povo Guarani e Kaiowá sobre tal questão;

-A Organização das Nações Unidas -ONU Mulheres precisa dialogar com as mulheres Guarani e Kaiowá, sobre as maneiras de como proteger as mulheres da linha da frente na luta pelo território em situação de ameaças por latifundiários;

-Também se constitui em uma violência, o direito negado quando nós mulheres indígenas chegamos às instâncias como o Senado Federal, Câmara Federal, Supremo Tribunal Federal e outros órgãos do executivo, legislativo e judiciário, para justamente discutir os direitos das mulheres indígenas e somos barrados e não temos o direito de entrar com o nossos objetos sagrados como Mbaraka, Takuapu e Xiru, nesse sentido exigimos ser respeitadas e respeitados;

Geral:

-Precisamos de intérpretes em todos os órgãos públicos, pois temos dificuldades de fazer denúncias de violações do nosso direito enquanto mulheres indígenas,

-Queremos o apoio da ONU Mulheres na parte de transporte para a nossa participação em eventos local, regional e nacional de fortalecimentos de nossas lutas;

-Queremos o apoio da ONU Mulheres em todas as Assembleias das Mulheres Guarani e Kaiowá (Kuñangue Aty Guasu);

-Exigimos que a ONU Mulheres incentive a participação das mulheres indígenas Guarani e Kaiowá em instâncias internacionais, na perspectiva de denunciar as violações de nossos direitos e se fortalecer enquanto mulheres Guarani e Kaiowá;

-As mulheres indígenas através da V Kuñangue Aty Guasu exige o fortalecimento da FUNAI (Fundação nacional do índio);

-Que sejam respeitadas as nossas decisões encaminhadas via ATY GUASU, KUÑANGUE ATY GUASU E RAJ (Retomada Aty Jovem);

-Que qualquer alteração feita nas coordenações Regionais e coordenação Técnicas Local da FUNAI sejam previamente consultadas nas comunidades indígenas de forma local, regional e nacional;

-Solicitamos que o Ministério Público continue multando a FUNAI em relação ao TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), para que sejam garantidos os estudos dos GTs e as publicações de relatórios dos Peguas (seis grupos de estudos em Mato Grosso do Sul);

-Que o estado reconheça o erro e devolva as nossas terras (Potreiro Guassu, Nhanderu Marangatu, Sombreiro, Yvy Katu, Aroio Korá), bem como a demarcação e a homologação de nossos Tekoha;

-Pedimos ao ministro da justiça, a casa civil e à FUNAI, o fortalecimento das CTLs em Mato Grosso do Sul, assim como condições estruturais (transportes, alimentação, servidores e etc), para melhor atendimento à comunidade indígena, e que as decisões da Aty Guasu sejam respeitadas quanto a indicação dos representantes destes órgãos, a exemplo trazemos a CR de Dourados-MS, onde as indicação política continuam a ser “moeda de troca” dos interesse ruralistas nestes espaços. A V Kuñangue Aty Guasu e Aty Guasu pedem a permanência do servidor e coordenador atual da CR de Dourados-MS José Victor Dallanora e um indígena falante da língua materna que a CR atende;

-Queremos a garantia da segurança para as lideranças ameaçadas e a punição aos autores que assassinaram as nossas lideranças, professores e mulheres indígenas; (ATY KUÑA 5º ANO, ACESSO 2018, s/p)

Em especial ressaltar a penúltima reivindicação que se refere ao diálogo com a ONU Mulheres (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS), esse diálogo tem sido facilitado graças a um projeto vinculado. O projeto “Voz das Mulheres Indígenas” implementado pela ONU Mulheres em cooperação com a Embaixada da Noruega, busca fomentar o empoderamento, a mobilização social e a participação política de mulheres indígenas de mais de uma centena de etnias no Brasil. O projeto possui uma Guarani-Kaiowá como integrante no Grupo Assessor da Sociedade Civil da ONU Mulheres Brasil, a indígena Jaqueline Porto.

A ONU Mulheres tem sido parceira das mulheres Guarani e Kaiowá e ajudando na divulgação dos problemas enfrentados por essas mulheres. Recentemente em comemoração aos dez anos da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas o projeto lançou um documentário, intitulado: “Mulheres Indígenas: Vozes por Direitos e Justiça”. O documentário divulga alguns diálogos entre as mulheres indígenas e as Nações Unidas em torno de sua articulação pelos direitos humanos e em defesa de seus povos e territórios, no Brasil e no exterior. E nesse documentário existem falas de mulheres Guarani e Kaiowá do Mato Grosso do Sul.

A mais recente edição da Aty Kunã aconteceu no ano de 2018, entre os dias 10 e 14 de julho de 2018, na Reserva Indígena de Amambai em Mato Grosso do Sul. No documento final do encontro elas anunciam apoio a todos os tekohas retomados, e afirmam que vão continuar resistindo em suas terras. Elas também reclamam das condições de vida das reservas, afirmando que são superpopulosas e não dispõem de condições para a realização de seus modos de ser.

Durante o ano de 2018 as indígenas têm sofrido com a retirada de seus filhos pelo Estado, para acolhimento institucional, sob a justificativa de pobreza. Sobre isso a Antropóloga Silvana Jesus do Nascimento afirma que:

Há a padronização e culturalização da violência como características intrínseca à organização social, à moral e aos costumes kaiowá. O efeito dessa lógica da criança indígena vítima é culpabilizar os pais, os adultos por não garantirem todos os direitos fundamentais para os filhos/crianças, sem contudo perceber a situação histórica de colonização sofrida por esse grupo étnico cuja consequência foi o confinamento em reserva, e pôr fim à responsabilidade do Estado nesse processo.

E as mulheres Guarani e Kaiowá contestaram:

O Genocídio das nossas crianças está claro, a pobreza não justifica o acolhimento da criança, precisam nos respeitar. Os não indígenas nascem no berço, no hospital, os nossos filhos nascem na aldeia, no nosso tekoha, embaixo da nossa casa na terra, precisam respeitar o nosso modo de ser nativo. Reclamam que nossos filhos são sujeitos, mas claro, vivemos na terra, cozinhamos no fogo. Não aceitamos a retirada de nossas crianças, a doação delas para não indígenas, não aceitamos o estado intervindo nas nossas formas de vida e cuidado com os nossos. Exigimos que seja construído com a comunidade alternativas dentro de nossas aldeias para lidar com a situação das crianças, para que elas não sejam levadas para longe de nós, para viver e comer com o branco. Temos uma preocupação muito grande com a retirada das crianças. O Artigo 28 do ECA afirma que o acolhimento é a última alternativa, mas sempre é a primeira alternativa da rede de proteção de direitos a crianças. É mais fácil o Estado negar nossos direitos do que se dispor a nos escutar, a dialogar conosco e a respeitá-los reiteramos todo o nosso apoio aos nossos candidatos e candidatas indígenas, já é hora do Brasil voltar para as mãos de seus verdadeiros donos e donas. (ATY KUÑA 6º EDIÇÃO, ACESSO EM 2018, s/p)

E finalizam o documento final do evento exigindo: A imediata revogação do parecer da AGU 001/2017¹⁷, O arquivamento da tese do Marco temporal e da PEC 215, a extinção do Projeto de Lei 6.670/2016¹⁸, a PL do veneno, e também a PL 490¹⁹ que veio para modificar o Estatuto do índio (Lei 6001 de 1973).

Retencions Finais

A princípio essa monografia tinha como intuito a compreensão do outro, do sujeito indígena, da mulher Guarani e Kaiowá, de uma realidade presente no meu dia a dia, mas distante da minha. Em comum tínhamos o ser mulher, o viver o machismo no nosso cotidiano, e a luta pelos direitos das mulheres. Contudo, com o desenvolver do meu trabalho fui percebendo que enquanto eu observava o “outro” estava cada vez mais compreendendo a mim.

¹⁷ Parecer vinculante da Advocacia Geral da União (Parecer n. 001/2017/GAB/CGU/AGU), com a finalidade de paralisar processos de demarcação de terras indígenas no Brasil, bem como de anular demarcações já realizadas.

¹⁸ Projeto de lei que Institui a Política Nacional de Redução de Agrotóxicos - PNARA, e dá outras providências.

¹⁹ Projeto de lei que Estabelece que as terras indígenas serão demarcadas através de leis.

Essa monografia é fruto de quatro anos de vivência em uma Universidade pública, gratuita e de qualidade. É fruto das experiências que a universidade federal me trouxe e da visão de mundo que a universidade me propiciou. Finalizo esse trabalho em um momento político muito delicado, em que todas as esperanças que foram cultivadas em mim durante esses anos - de um mundo mais justo, igualitário, com menos discriminação, mais liberdade e amor- estão em xeque. Isso se deve à eleição do próximo presidente do Brasil, Jair Bolsonaro. O discurso fascista, homofóbico e machista dele está provocando medo e fazendo a dita esquerda (que não é necessariamente a esquerda, mas todos que não concordam com os posicionamentos políticos do futuro presidente) se reorganizar. Nesse momento, olhar para as teorias, os autores e os escritos, tem sido cada vez mais necessário para não só compreender a atual conjuntura, mas também para buscar forças para continuar lutando. E, nesse sentido olhar para os povos indígenas Latino Americanos, olhar para os Guarani-Kaiowá, para mim se tornou fundamental.

Há 518 anos, desde a colonização europeia na América, os povos indígenas não possuem um governo que seja favorável as suas existências. As tentativas de extermínio foram inúmeras, e de diversas maneiras. Desde a violência do colonizador até o descaso do Estado-Nação, eles nunca tiveram um governo favorável a eles, mas continuam existindo, lutando e resistindo. Notei, durante esse trabalho, que a luta indígena se dá, entre outros motivos, pelo amor as suas crenças e tradições, pelo amor aos seus modos de vida e seus modos de ser.

Nesse trabalho busquei não apenas compreender para coexistir e respeitar, e sim uma compreensão que busque conviver e dialogar. Pra isso foi necessário fazer o exercício de despir o meu olhar branco e ocidentalizado. A intenção desse trabalho foi contar a história das mulheres Guarani e Kaiowá, e das suas trajetórias de lutas, e nunca foi “dar voz” a elas, e sim usar da minha posição privilegiada dentro dessa sociedade para trazer suas histórias para o privilegiado meio acadêmico. Assim como, o pouco destaque dado às mulheres, percebido na etnologia sul mato-grossense (SERAGUZA, 2013), foi um dos motivos que me fez levar a essa pesquisa.

O ser mulher indígena traz uma série de implicações negativas, muitas dessas implicações foram trazidas com a colonialidade do poder. Concordo com Francesca Gargallo (2013) quando ela afirma que precisamos pensar na decolonização acompanhada da despatriarcalização, com o patriarcado sendo um modo de poder que guia todas as esferas da sociedade e se não superarmos não há como superar a colonialidade.

BIBLIOGRAFIA

- ANZOATEGUI, Priscila (2017). “SOMOS TODAS GUARANI-KAIOWÁ”: ENTRE NARRATIVAS (D)E RETOMADAS AGENCIADAS POR MULHERES GUARANI E KAIOWÁ SUL-MATO-GROSSEENSES Dissertação (mestrado em antropologia). Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados/ MS, 2017.
- BECKER, Simone & OLIVEIRA, Esmael Alves de. (2016). DAS PALAVRAS POR DIZER AO ASSUJEITAMENTO SEM AS PALAVRAS? COM-PARTILHA-ANDO AGÊNCIAS COM ALGUNS JOVENS KAIOWÁ DE PANAMBIZINHO/MS. Trabalho Completo apresentado no CIDH promovido pela UFMS no ano de 2016. Mimeo. .

- BECKER, Simone e MORAES, Valentin Ferreira .2017. *O (re)torno da “guerra justa” (?) : os impactos das propostas da PEC 287 no tocante aos e às indígenas – incluindo da região da Grande Dourados/MS. Revista Publicum de Direito da UERJ*. In: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/publicum/article/view/29012>. Acessado em 10 de janeiro de 2018.
- BECKER, Simone e OLIVEIRA, Déborah G. (2013). Análise sobre a (não) caracterização do crime de racismo no Tribunal de Justiça de São Paulo. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), v. 26, p. 451-470. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/9187/15723>. Acesso em: mar.2014.
- BECKER, Simone e OLIVEIRA, Esmael Alves de (2016). Educação e direitos para (in)humanos? Alguns dilemas de LGBT’s perante o discurso jurídico brasileiro. *Revista Tempos e Espaços em Educação.* , v.9. Sergipe: UFSE, p.165 - 182.
- BECKER, Simone e OLIVEIRA, Esmael Alves de (2016). Educação e direitos para (in)humanos? Alguns dilemas de LGBT’s perante o discurso jurídico brasileiro. *Revista Tempos e Espaços em Educação.* , v.9. Sergipe: UFSE, p.165 - 182.
- BENITES, Tônico (2009). A escola indígena na ótica dos Ava Kaiowá: impactos e interpretações indígenas. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- BENITES, Tônico (2012). Trajetória de luta árdua da articulação das lideranças Guarani e Kaiowá para recuperar os seus territórios tradicionais tekoha guasu. *Revista de Antropologia da UFSCar*, v.4, n.2, jul.-dez., p.165-174, 2012
- BENITES, Tônico (2014). Rojero ky hina ha roike jevy tekohape (Rezando e lutando): movimento histórico dos Aty Guasu dos Ava Kaiowa e dos Ava Guarani pela recuperação de seus tekoha, Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social no Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- BUTLER, Judith (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização.
- CARAIGA, Diógenes. (2017) Documento de índio, documento de branco”: questões acerca do acesso dos indígenas à documentação entre os Kaiowa e os Guarani em Mato Grosso do Sul. In.: Ricoldi, Arlene Martinez. **Cidadania no campo: políticas de acesso à documentação da trabalhadora rural**. Arlene Martinez Ricoldi (Org.). São Paulo: FCC, p.5-23.
- CHAMORRO, Cândida G. A. *Terra Madura, yvy araguayje*: fundamento da palavra guarani. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2008.
- CRESPE, Aline (2015). MOBILIDADE E TEMPORALIDADE KAIOWÁ: DO TEKOKHA À RESERVA, DO TEKOKHARÃ AO TEKOKHA. Tese de doutorado defendida PPGH da UFGD. BECKER, Simone e MORAES, Valentin Ferreira .2017. *O (re)torno da “guerra justa” (?) : os impactos das propostas da PEC 287 no tocante aos e às indígenas – incluindo da região da Grande Dourados/MS. Revista Publicum de Direito da UERJ*. In: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/publicum/article/view/29012>. Acessado em 10 de janeiro de 2018.
- DUSSEL, Enrique. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-*

- americanas. Edgardo Lander (org.). Buenos Aires: Coleção Sur Sur, CLACSO, 2005.
- FOUCAULT, Michel. (2010). *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.
- GOHN, Maria Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação* v. 16 n. 47 maio-ago. 2011
- LASMA, Cristiane. Mulheres Indígenas: Representações. *REVISTA REF –VOL.7, No 1 e 2* (1999)
- MASO, Tchenna. *RESISTENCIA GUARANI E KAIOWÁ E A INTEGRAÇÃO LATINOAMERICANA: Reflexões desde a ATY GUASU*. Universidade de Integração Latino Americana, Foz do Iguaçu, 2016.
- MOTA, Juliana. Movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul: disputas territoriais nas retomadas pelo Tekoha-Tekohará. *REVISTA NERA – ANO 15, Nº. 21 – JULHO/DEZEMBRO DE 2012 – ISSN: 1806-6755*
- PEREIRA, Levi M. (2008) *A criança kaiowa, o fogo doméstico e o mundo dos parentes: espaços de sociabilidade infantil*. 32º Encontro Anual da Anpocs
- PEREIRA, Levi M. *Parentesco e Organização Social Kaiowá*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Campinas/SP: UNICAMP, 1999. 251p.
- QUIJANO, Anibal. Europa, modernidade e eurocentrismo. Em: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-americanas*. Edgard Lander (org.). Buenos Aires, CLACSO, 2005, p.59
- SACCHI, Ângela (2003). Mulheres indígenas e participação política: a discussão de gênero nas organizações de mulheres indígenas *Revista ANTHROPOLÓGICAS*, ano 7, volume 14 (1 e 2): 95-110 (2003)
- SCOTT, W. Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação Realidade*. Porto Alegre, 16(2):5-22, jul/dez, 1990.
- SCOTT, W. Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, 16(2):5-22, jul/dez, 1990.
- SEGATO, Rita Laura. **Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial**. 2012. Disponível em: < <https://eces.revues.org/1533> >. Acesso em 20/08/2018.
- SERAGUZA, Lauriene. **Cosmos, corpos e mulheres Kaiowá e Guarani: de Aña a Kunã**. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados/MS, 2013.
- SILVA, Emanuela (2009). Entre vencedores e vencidos: reflexões sobre história, memória e censura. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/letras/EL/vagao/EL4Art2.pdf>.

ANEXOS:

ANEXO I:

**DOCUMENTO FINAL DA II KUNÃ ATY GUASU
ALDEIA JAGUAPIRU- DOURADOS- MS
25 A 29 DE ABRIL DE 2012**

Nós Mulheres Indígenas Guarani Kaiowá e Ñandeva, com a participação de rezadeiras, parteiras, artesãs, agentes de saúde, professoras e demais lideranças de todos os Tekoha (aldeias) do cone sul do Estado do Mato Grosso do Sul, reunidas na II Kunã Aty Guasu – Grande Assembleia de Mulheres Indígenas, realizada na aldeia Jaguapiru – Dourados – MS, nos dias 25 a 29 de abril de 2012, manifestamos, denunciemos e reivindicamos SAÚDE E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES INDÍGENAS de nossos Tekoha.

Unidas a todos os povos indígenas do Brasil na grande Mobilização Nacional, **manifestamos nosso repúdio com a aprovação da PEC 215**. Queremos dizer a todos *nossos parentes* que estamos na mesma luta e não desistiremos de nossos TERRITÓRIOS TRADICIONAIS.

Nós, Mulheres Indígenas, viemos a público manifestar nossa indignação!

Vivemos hoje em nossas aldeias um quadro de violência e marginalidade. Nossas crianças sofrendo desnutrição; nossos jovens sem direito a uma educação diferenciada e de qualidade, sem perspectiva de vida e de futuro, condenados ao suicídio e às drogas; nossas mulheres sofrendo toda sorte de descaso na saúde, enfrentando por meses e anos as numéricas filas sem serem atendidas pela SESAI, sem resultados. Sofrendo toda sorte de discriminação, violência doméstica, desprezadas e esquecidas por nossas autoridades e instituições governamentais em estado de sucateamento e corrupção. Enquanto o agronegócio cresce e cresce, invadindo nossas terras. *“Poluíram nossos rios, destruíram nossas matas, nossa farmácia e nossa saúde. Destruíram nossa cultura, nosso tekoha, nossa vida e nossa dignidade, deixando nossas mulheres a mercê das rodovias, dos acampamentos e pequenas áreas, insuficientes para nossa sustentabilidade.”* Além disso, somos nós mulheres, que mais sofremos as conseqüências dessa estrutura injusta que gera violência e morte em nossas famílias e nossos Tekoha.

Nós, Mulheres Indígenas, queremos de volta nossos direitos!

Exigimos:

1. A urgente identificação e demarcação de nossas terras, como condição para diminuir a fome, a dependência e violência em nossos Tekoha. Reforçamos as propostas assumidas no documento da Aty Guasu de Jaguapire nos dias 29 de fevereiro a 04 de março;
2. Garantia de participação das mulheres e do Conselho do Aty Kunã nas instancias de controle social, bem como na concepção, construção e implementação de programas e ações governamentais voltados para nossos Tekoha;
3. O reconhecimento, fortalecimento de nossas práticas tradicionais, seja medicinal, religiosa, cultural e de produção alimentar voltadas para autonomia e auto afirmação de nossos Tekoha.

Segurança para as Mulheres em nossas aldeias e acampamentos

4. A Delegacia da Mulher funcione por período integral, inclusive aos finais de semana e feriado e atendimento diferenciado, respeitando a diversidade da língua e da cultura da mulher indígena;
5. Criação e implementação de um centro de atendimento para a mulher indígena na aldeia Jaguapiru-Dourados;
6. Sejam efetivados e reforçados os programas de segurança dentro das aldeias com especial atenção a mulher indígena, garantido o plantão de atendimento à noite e finais de semana;
7. Sejam implementadas e efetivadas políticas específicas e diferenciadas bem como a promoção de programas de prevenção e combate a violência e discriminação contra a mulher indígena;
8. Sejam criados, implementados e efetivados programas de capacitação de servidores(as) públicos(as) em gênero, cultura e direitos humanos, de forma a garantir o direito à diversidade de língua e cultura das mulheres indígenas.

Saúde diferenciada e de qualidade e para a mulher indígena

9. Que haja melhoria da qualidade de atendimento à população indígena em geral e em particular à mulher indígena. Que a SESAI assume sua responsabilidade e que o atendimento

chegue às bases com qualidade e agilidade. *“Estamos cansadas e ver nossas companheiras morrendo nas filas dos postos de saúde!”*

10. Sejam criados, implementados e efetivados programas de capacitação em gênero, língua e direitos humanos aos agentes e demais profissionais da saúde de forma a garantir um atendimento humanizado e diferenciado às mulheres indígenas;

11. Sejam estabelecidos postos de saúde nos acampamentos tendo assegurados sua estrutura de recursos humanos, material e saneamento básico;

12. Implantação e implementação de mecanismos adequados de efetivo monitoramento e avaliação dos impactos ambientais dos projetos de monocultura e uso indiscriminado de agrotóxicos que atingem diretamente nossas aldeias causando intoxicações, envenenamentos e mortes;

13. O acesso à água de qualidade é um direito humano básico. Garantir o acesso à água de qualidade e em quantidade suficiente em nossas aldeias (atenção especial a aldeia Bororó-Dourados);

14. Criação de CAP's, CREAS, CRAS e Posto de Saúde na aldeia Jaguapiru – Dourados, de modo a responder a demanda;

15. Que a SESAI planeje a compra de ambulância pra os postos de saúde que atenda as aldeias em tempo integral.

Sustentabilidade e Segurança Alimentar

16. Garantir a implementação e efetivação de Políticas Públicas de Incentivo à produção sustentável de alimentos e outros gêneros necessários à nossa reprodução física e cultural, respeitando a diversidade de modos de produção tradicional em diálogo com outros saberes ecologicamente sustentáveis;

17. Garantir a recuperação das áreas degradadas, matas ciliares e implementar medidas compensatórias e indenizatórias pelos danos causados aos nossos territórios tradicionais;

18. Implementar programas que fomentem o uso livre e autônomo das sementes crioulas ou tradicionais e que favoreçam a multiplicação de experiências como casas de sementes, bancos de sementes e outras desenvolvidas pelas comunidades indígenas.

19. Que sejam priorizadas e garantidas programas de sustentabilidade e produção de alimentos nas áreas retomadas.

Considerando que as proposições acima são parte de nossos direitos constitucionais, solicitamos às autoridades competentes a garantia de sua implementação como reparação dos processos históricos de exclusão, violência e discriminação contra nosso povo.

Reafirmamos nossa disposição de consolidar nossa organização e articulação do Movimento de Mulheres Kaiowá Guarani e Ñandeva, somando com nossos companheiros na luta pela nossa terra e garantia de nossos direitos, construindo um país plural, mais justo e solidário.

Aldeia Jaguapiru – Dourados, 28 de Abril de 2012.

ANEXO II:

KUÑANGUE GUARANI HÁ KAIOWÁ ATY GUASU IRUNDYHA TERRA INDÍGENA SOMBRERITO

3 a 7 de abril de 2013

(...) a comunidade lembra a morte de Dorival Benites, liderança Guarani morto brutalmente na retomada da Terra Indígena Sombreiro no ano de 2005.

Nós, mulheres do Conselho do Aty Guasu, Ñandesy, parteiras, agentes de saúde, professoras, jovens Guarani e Kaiowá de todas as aldeias e acampamentos, reunidas na terra indígena Sombreiro nos dias 3 a 7 de abril de 2013, por ocasião da **KUNANGUE GUARANI HÁ KAIOWÁ ATY GUASU IRUNDYHA**, juntamente com as lideranças Guarani e Kaiowá, representantes das mulheres Terena de Mãe Terra e aliados da causa indígena; todas nós realizamos mais uma vez um **KUNHANGUE ATY**, a Assembleia das mulheres indígenas Kaiowá e Guarani.

Vimos ao tekoha Sombreiro, no município de Sete Quedas, na região de fronteira entre Brasil e Paraguai – onde assassinatos, ameaças de comunidades e lideranças indígenas são constantes -, para discutirmos vários assuntos importantes para nosso povo, principalmente segurança, políticas sociais, sustentabilidade, violências contra mulheres e andamentos sobre o processo da terra.

O movimento das mulheres Kaiowá e Guarani tem sua história de luta marcada pela perda de lideranças indígenas que foram mortos na luta pelos nossos territórios. Juntamos-nos ao movimento indígena para a conquista de nossos territórios tradicionais, pois sem nosso tekoha não é possível ter uma educação escolar indígena específica e diferenciada; sem nosso tekoha não existe saúde indígena; sem nosso tekoha não teremos meio ambiente sustentável.

Com o canto sagrado das mulheres e o grito de nossos guerreiros, nossas falas vêm carregadas do sofrimento existente nas aldeias atuais e na retomadas. Sofrimento que aumenta quando lembramos de nossas terras sendo exploradas, desmatadas, de nossos rios sendo contaminados por venenos agrotóxicos e de nossas crianças crescendo nesse contexto de luta pela terra.

Reafirmamos novamente: nossas lideranças estão sendo mortas! Vivemos acampados e ameaçados diariamente por pistoleiros. Queremos segurança para nós mulheres e nossas crianças, idosas e toda a comunidade. Lutamos por nossa terra porque queremos nossa autonomia e desenvolvimento em equilíbrio com a mãe terra, fortalecendo nosso saber tradicional e nossa sustentabilidade. Com muitas dificuldades, levamos humildemente nossas vidas. Nossas crianças são nossas esperanças, por isso lutamos por nosso tekoha tradicional onde queremos viver dignamente de acordo com o bem viver. Mas hoje, estamos sendo discriminados, humilhados, violentados de maneira bárbara pela política do Estado brasileiro e ações do governo estadual e municipal, por grande empreendimentos de empresas e fazendeiros.

Essas ações vem sistematicamente atingindo nossas comunidades desde os tempos de nossos ancestrais, nossos bisavós (ôs), avô (ós), mães e pais, irmãos (ãs), filhos (as), com todo o povo kaiowá e guarani que lutam pelos direitos previstos na Constituição Federal. Nosso direito sobre esse território é originário, ou seja, anterior a qualquer outro. Não admitimos mais negociar nossos direitos.

Os tekoha são nossos territórios tradicionais, e queremos que o atendimento que recebemos na saúde, educação e assistência seja realizado em todos os territórios, não importando se já estejam homologados ou não.

Não aguentamos mais esperar pela demarcação de nossas terras. A União e a Funai estão em dívida com o povo Guarani Kaiowá pois não concluiu a demarcação de nossos territórios. Mesmo as terras que já estão homologadas, o Supremo Tribunal Federal – STF suspendeu a homologação e há muitos anos esperamos uma decisão final. Queremos que o judiciário julgue os processos que estão parados, à espera de julgamento. Por conta dessa morosidade, não podemos entrar em nossa terra, o que tem gerado a falta de alimentação, precariedade no atendimento a saúde. Não há educação específica e diferenciada, e estamos ameaçados de morte diretamente por parte de pistoleiros dos fazendeiros e seguranças privadas dos proprietários. A Força Nacional e a Polícia Federal precisam de ampliação; seus agentes devem estar preparados para trabalhar com a comunidade indígena, porque as equipes atuais não são suficientes para fazer segurança às lideranças indígenas. A Polícia Militar e Polícia Civil também devem atuar nas áreas, mas sempre sob o acompanhamento da Funai e do Ministério Público Federal.

SAÚDE: Queremos atendimento a saúde da mulher indígena. Muitas pessoas estão morrendo diante da morosidade do atendimento à saúde indígena. Falta atendimento específico em nossa comunidade, pessoas preparadas para atender o índio. Muitas vezes, só temos remédio ou condução para o hospital quando temos condições de pagar nós mesmos por eles. Alguns pólos-base, como o de Paranhos, tem uma cota muito baixa de combustível para os veículos e ambulâncias. É preciso aumentar essa verba onde hoje ela é completamente insuficiente. Ainda, o combustível não deveria ser transportado por nós mesmos, fato que já foi denunciado pelo Ministério Público Federal.

O atendimento emergencial no tekoha Sombrerito é um bom exemplo do nosso problema. Aqui, somos atendidas por uma única ambulância, que tem apenas um motorista, e que fica num polo-base em outro município (Iguatemi). Esse polo-base, e essa mesma ambulância, atendem outras quatro aldeias, que ficam no mínimo 50km de distância uma das outras, em estradas bastante precárias. Ainda, lideranças de Sombrerito denunciam que uma verba de 85 mil reais, conquistada pela própria comunidade, enviada à prefeitura de Sete Quedas e que deveria ser destinada a saúde do tekoha Sombrerito, além de um veículo, estariam sendo negociados entre a prefeitura municipal e o pólo-base de Iguatemi. Nem o Sombrerito, nem nenhum outro tekoha podem pagar a conta dos problemas de gestão e falta de verba das estruturas públicas de atendimento à saúde. Reivindicamos que a verba permaneça no município de Sete Quedas, para uso da comunidade.

Exigimos também que os tekoha que fiquem muito distantes dos polos-base tenham uma ambulância e motorista próprio que fique integralmente na aldeia. Quando a Funasa foi extinta e foi criada a Sesai, esperava-se o fim da burocracia e da necessidade de autorização de Brasília para o uso das verbas da saúde indígena. Mas essa agilidade não veio.

Também, apontamos nossa preocupação com o concurso previsto para os servidores da saúde indígena. Será que nós indígenas vamos ter como competir com um branco nesse concurso? Nós queremos um concurso diferenciado entre indígenas e não indígenas. Exigimos que seja garantida a permanência dos funcionários que sejam avaliados positivamente pela comunidade, através do conselho local e do Aty Guasu e APIB. Tudo quem deve decidir é a comunidade e o movimento indígena. Tem que fazer valer a força.

Queremos um concurso para aumentar a participação indígena e a qualidade do nosso trabalho da saúde, e não para eliminar os funcionários indígenas. Também, queremos mais formação para esses servidores.

Algumas vezes, quando procuramos prefeitos ou servidores municipais, somos informados de que os governos estadual ou federal “cortaram” verbas e até medicamentos para os indígenas. Queremos saber quem são os verdadeiros responsáveis pelo abandono que sofremos em relação a isso.

Mais uma vez, nós mulheres e lideranças pedimos, através do Aty Guasu, quer um direito básico de qualquer brasileiro seja garantido: o de termos acesso a tirarmos nossa documentação pessoal. Sem os documentos RG E CPF, não conseguimos matricular nossas crianças na escola ou receber atendimento na saúde. A Funai tem de garantir o processo de emissão de documentos na própria terra indígena, e coibir a cobrança indevida.

Exigimos o afastamento do Coordenador geral da Sesai do Mato Grosso do Sul, Nelson Carmelo Salazar, e do coordenador estadual do Condise MS, Fernando Souza. Ambos nunca apareceram nas aldeias – tanto no Pantanal quanto no cone-sul -, não consultam os conselhos locais, conselheiros do Condise ou o movimento indígena e tomam suas decisões apenas entre si, em diálogo com políticos locais. Exigimos que o governo realize permanentemente consultas

na base indígena antes de indicar coordenadores da Sesai MS, e que o Conselho nos ouça no processo de eleição de sua coordenação. Reforçamos, também, o óbvio: esses coordenadores e instituições devem estar presentes nas áreas; e que todas as consultas, pré-conferências e conferências de base devem ser feitas NAS ALDEIAS, e não na cidade.

Queremos saber porque o funcionário envolvido com a morte de Nízio Gomes não foi indiciado. Denunciamos também a contratação de um motorista da Funai recentemente contratado e trabalha região da fronteira com Paraguai que é neto de fazendeiro e está passando informação para os latifundiários.

Queremos ser consultados sobre a contratação de qualquer funcionário terceirizado para trabalhar com nós indígenas. Queremos a volta dos Postos Indígenas que foram desativados, dentro da área, com servidores que morem na comunidade e, caso não seja indígena, que seja contratado um intérprete, do nosso povo.

POLÍTICOS: os prefeitos de Mato Grosso do Sul esqueceram que existe uma comunidade indígena que também vota, e que as pessoas merecem ser tratadas como seres humanos. Os municípios recebem recursos específicos para atender comunidades indígenas na área da saúde, educação, assistência social e saneamento básico, mas, essa distribuição das verbas não está acontecendo nos tekoha Guarani e Kaiowá. Os acampamentos, aldeias as comunidades estão completamente abandonados. Por isso, exigimos que os prefeitos municipais cumpram seu dever, respeitando e atendendo as demandas das comunidades indígenas que estão em suas áreas de abrangência. Já cansamos de ser valorizados somente na hora de eleição municipais, pois as promessas e o compromisso feito pelos candidatos nunca foram cumpridos. Continuam as nossas necessidades, dificuldades e sofrimentos, como sempre. Muitos prefeitos são declaradamente contra a demarcação de nosso tekoha.

Estamos cansados de sermos chamados de sujos e fedidos por alguns profissionais da saúde e da educação. É necessário que a Justiça e o governo combatam esse racismo que sofremos, criando campanhas de conscientização e punindo os servidores que ajam com preconceito.

Queremos transparência: exigimos a prestação de contas de todas as verbas destinadas e relacionadas aos indígenas, seja na saúde, educação, Funai, Sesai, assistência em geral etc..

Nossos representantes legítimos são os indígenas que vem do movimento indígena. Vereadores e deputados, indígenas ou não-indígenas, não nos representam. Alguns, inclusive, sequer referendam a luta organizada pela demarcação das nossas terras. Por isso, nós, mulheres e lideranças organizadas no Aty Guasu, somos contra a criação de uma associação de parlamentares que se pretende representar nós Guarani e Kaiowá.

Em hipótese alguma aceitaremos a entrada de nenhum tipo de empresa, fazendeiro ou arrendatário em nosso território para explorar gado, lavouras de cana, soja ou qualquer tipo de monocultura.

Qualquer organização que queira falar em nome do Aty Guasu deve consultar seus membros – não apenas algumas lideranças. Nesse sentido, o Aty Guasu exige a prestação de contas das organizações Tribunal Popular de São Paulo e Comitê Internacional de Solidariedade Guarani Kaiowá que, sem consultar a totalidade do Aty Guasu, pediu dinheiro em nome de nossa organização. E reforçamos que nós não pedimos dinheiro. Nós lutamos pela demarcação de nosso território tradicional.

IMPUNIDADE: Queremos a condenação dos executores e mandantes das lideranças mortas: Professores Genivaldo Vera, Rolindo Vera, Marcos Veron, Teodoro Ricardi, Xurite Lopes, Ortiz Lopes, Rosalino Lopes, Dorival Benites, Dorvalino Rocha, Nisio Gomes, Denilson Barbosa, entre outros. Não aceitamos mais a impunidade. Enquanto nossas lideranças e crianças são mortas e nossas famílias sofrem com a violência, os assassinos e fazendeiros mandantes ficam no conforto da impunidade. Queremos que a Justiça Federal e Polícia Federal devem assumir a investigação sobre os assassinatos dessas e outras lideranças.

Relembramos também, no município de Miranda, região do Pantanal, o ataque de fazendeiros a um ônibus de estudantes Terena, em 2010, no contexto da luta pela terra. O veículo cheio de alunos foi incendiado. Dezenas de pessoas ficaram feridas e uma jovem indígena morreu. O crime continua impune. Este e outros ataques que as mulheres e o povo Terena sofrem nos fazem entender que a luta das mulheres Guarani e Kaiowá é a mesma luta das mulheres Terena. Por isso, dizemos que nós lutamos todas juntas, Terena e Kaiowá e Guarani. Somos povos diferentes, mas nossa dor é a mesma. E por isso, nossa luta também é a mesma.

Repudiamos as proposições do Poder legislativo, tal como a PEC 215, onde o poder legislativo pretende usurpar a competência da União em demarcar nossas terras tradicionais. O Projeto de lei n. 1.610 que pretende liberar a mineração em nossas terras. A Constituição Federal nos garante o usufruto exclusivo de nossas terras, não aceitamos o governo e outras empresas explorar nossas riquezas de maneira inadequada, destruindo nossa natureza. Repudiamos novamente a Portaria n. 303 da AGU que de maneira descarada adota condicionantes flagrantemente inconstitucionais, violando nossos direitos conquistados com muita luta.

Sabemos que o sofrimento e a violência do povo indígenas Kaiowa e Guarani é histórica, mas já chegou no ponto de dizer chega de atrocidade, perversidade, morosidade em todos os sentidos contra indígenas inocente. Vamos cada vez mais se organizar e exigir o nosso direito dos Poderes legislativo, executivo e judiciário. Queremos que seja respeitados o que garante nossa Constituição Federal.

Tekoha Sombreiro, Sete Quedas, 6 de abril de 2013

ANEXO III:

5º Aty Guasu Kunhangue Arandu Ka'aguy

Nós, mulheres Guarani e Kaiowá de Mato Grosso do Sul, estivemos reunidas em nossa 5º Aty Guasu Kunhangue Arandu Ka'aguy, na Terra Indígena Sucuriy, município de Maracaju, entre os dias 25 e 29 de junho deste ano. Com a presença de lideranças, jovens, rezadores, professores e agentes de saúde para refletir sobre o nosso SER Mulher Guarani e Kaiowá e os problemas e desafios que afetam nossas comunidades.

A falta de nossos territórios tradicionais e suasconseqüências foi unânime nas falas de nossas lideranças, atribuindo à omissão do governo os principais problemas de violência contra nosso povo, enfrentados dentro de nossas áreas.

Temos clareza de que a falta de uma educação diferenciada adequada, torna-se instrumento de dominação de nosso povo. Os Tekoha em áreas de retomadas são os mais

prejudicados e mesmo nas aldeias antigas a educação é precária, falta estrutura, contratação de pessoal entre outros fatores.

Avaliamos sobre a saúde indígena e a saúde da mulher indígena, e constatamos que a saúde indígena é a pior do Brasil, precária desde o atendimento básico, da entrega de medicamentos, os agendamentos de consultas e ainda pelo preconceito encontrado nos municípios quando pra lá é levado um de nossos parentes. Os vários relatos que ouvimos levam-nos a afirmar que nosso povo é vítima de um processo de negligência cuja consequência é a morte de nossas mulheres, por falta de atendimento básico.

Denunciamos a violência contra a mulher indígena, seja dentro das aldeias ou fora delas, afirmamos que para diminuir esse índice, que atinge também crianças e adolescentes, é necessário um maior acompanhamento desses casos, a ação de prevenção e formação dos indígenas sobre o tema.

Temos consciência da conjuntura indígena Estadual e Nacional, dos projetos de leis que buscam desconstruir nossos direitos, arduamente conquistados e legítimos, e por mais uma vez, anunciamos que não nos renderemos ao avanço dos setores que são contra nossa existência. Nisso, pontuamos que estamos atentos, informados e articulados, sobre todas as iniciativas que visam retirar nossos direitos, seja no Congresso Nacional, seja no Poder Executivo.

Com esperança recebemos em nosso meio a presidente da Associação Juízes para a Democracia (AJD) e Desembargadora em São Paulo, Kenarik Boujikian que nos trouxe uma homenagem feita pelos 270 juízes membros, simbolizada num quadro de Dom Quixote. Num momento em que nossos povos são vítimas de politicagem no judiciário, com os processos de nossas terras que demoram décadas para ser julgados, o gesto da AJD faz nosso povo acreditar que ainda há justiça neste País. Que há juízes comprometidos com a vida dos povos indígenas. Nossa Aty Guasu agradece este gesto, o quadro será sempre um símbolo de resistência e de esperança na incansável luta pela recuperação de nossos territórios e defesa de nossos direitos.

Fez-se presente, a Liga Camponesa Pobres (LCP) e o Movimento Feminino Popular, que, solidários ao movimento indígena, partilharam suas lutas e conquistas.

Contamos com a presença da presidente da Funai, Maria Augusta, que pode ouvir os apelos de nossas mulheres, por respeito e demarcação. As reivindicações de nossas comunidades foram

incisivas, exigindo respostas sobre o motivo da paralisação dos processos de demarcação de nossos territórios e como consequência o aumento da violência física e legislativa contra nossos povos.

Reafirmamos à presidente da Funai que a Aty Guasu não acredita e não participará mais das mesas de “negociação” do ministro da Justiça, pois acreditamos que esta já se converteu em espaços de negação de direito e de sujeição do processo de demarcação à setores ruralistas antindígenas, que já demonstraram por diversas vezes que não querem negociar, pois ao mesmo tempo em que participam de mesas, atuam na surdina para modificar leis, judicializar os processos no Mato Grosso do Sul, e na formação de milícia armada para atacar nossas comunidades e matar nossas lideranças.

Não aceitamos a ação do ministro da Justiça, José Eduardo Cardoso, que impede, num gesto ilegal, a Funai de continuar com seu dever constitucional em demarcar nossas terras. O ministro brinca com o sangue de nossas lideranças ao nos negar a terra que é nosso direito.

Por isso, exigimos a imediata publicação dos relatórios de identificação dos oito GTs e as assinaturas das portarias declaratórias que estão na mesa do ministro. Caso contrário, responsabilizamos o ministro da Justiça, orientado por sua presidente, pelo sangue derramado em nossa luta pela recuperação de nossas terras. Reafirmamos que, diante da omissão do governo, vamos continuar a retomada de nossos territórios tradicionais.

Queremos ainda, com mais urgência, a instauração do GT de Dourados Pegua. Exigimos urgência neste GT, pois as comunidades que ali se localizam estão sofrendo com o perigo de serem despejadas, ameaçadas e mortas por atropelamentos.

Exigimos também que a Funai dê apoio à Aty Guasu Kunhangue, para fortalecer a luta da mulher indígena na busca pelos nossos direitos, que serão efetivados a partir de nossa organização. E como resultado de nossa organização, exigimos a contratação dos profissionais indígenas para trabalhar em todos os órgãos de atendimento nas áreas de retomadas, pois é fundamental para os Kaiowá e Guarani, bem como reforçamos o pedido de transporte com qualidade para a participação nos Aty Guasu contemplando a presença de nossos rezadores, agente de saúde, professores, lideranças, mulheres, jovens e crianças.

O Aty Guasu Kunhangue Arandu Ka’aguy decidiu que a partir de então não permitirá não índios morar dentro da aldeia, pois a permanência destas pessoas tem trazido muitos

problemas, gerando violência, assediando nossas mulheres, implantando igrejas pentecostais que violam nossos ritos tradicionais, ocupam nossas terras e não respeitam nossos costumes agindo com preconceito e racismo, o caso mais grave é nas aldeias de Jaguapirú e Bororó em Dourados. A Funai deve respeitar a decisão da comunidade e retirar estes não índios.

Nosso povo Guarani e Kaiowá não irá desistir da retomada dos nossos Tekoha, que todas as comunidades estão se organizando para voltar aos seus Tekoha, e não mais permitiremos cair na ilusão das negociações feitas pelo governo, que mesmo sobre decisão judicial, se recusa a cumprir com seu dever.

Por fim, pedimos à presidente da Funai, presente nesta Aty Guasu, e que ouviu das próprias crianças e jovens o clamor por demarcação de nossos Tekoha, que leve até a presidente Dilma esse pedido.

Sucuriy, Maracaju/MS, 29 de junho de 2014

Povo Guarani e Kaiowá

Aty Guasu Kunhague

Conselho Aty Guasu

ANEXO IV:



V Kuñangue Aty Guasu Assembleia das Mulheres Kaiowa e Guarani

**18 a 22 de Setembro de 2017
Encaminhamentos e propostas**

Documento final da V Kuñangue Aty Guasu

Aconteceu entre os dias 18 e 22 de Setembro de 2017, no município de Coronel Sapucaia

em Mato Grosso do Sul, no Tekoha Kurusu Amba a V Kuñangue Aty Guasu (Assembléia das Mulheres Guarani e Kaiowá) onde estiveram reunidas 600 pessoas .entre mulheres, jovens, crianças, nhanderu e nhandesi do povo Guarani e Kaiowá de todos os Tekoha do Mato Grosso do Sul. Discutimos e encaminhamos aqui todas as pautas que afetam os nossos direitos terra, educação, saúde, segurança, programas sociais, órgãos públicos entre outros.

No estado de Mato Grosso do Sul nós povo guarani e kaiowá somamos mais de 50 mil indígenas, nós mulheres indígenas Guarani Kaiowá reunidas na aty kunã das Mulheres Guarani e kaiowá viemos por meio desta expressar sobre a nossa luta e a nossa resistência, e encaminhar as nossas propostas e recomendações.

Há 517 anos nós mulheres indígenas lutamos pelos nossos direitos, nossas terras foram invadidas pelos fazendeiros, temos um governo omissos a nossa causa indígena, os retrocessos aos nossos direitos só cresce, a violência contra nosso povo tem sido cada vez maior. O governo brasileiro e seus poderes legislativo, executivo e judiciário a cada momento criam novas propostas de lei que de forma inconstitucionais atinge diretamente a vida dos povos indígenas, desconsiderando 100% a nossa realidade.

Hoje a nossa luta o nosso grito é pela demarcação de nossas terras tradicionais, pois, dela fomos expulsos obrigados a viver em confinados em Reservas Indígenas com espaço limitados, o que nos resta e viver amontado em minúsculos espaços de terra, isso nos expõe á vários problemas sociais que atingem e desestruturam o nosso povo Guarani e Kaiowá.

Diante de tudo isso, decidimos voltar para nossos Tekoha's, retornamos as terras que pertenceram aos nossos antepassados e nelas viverão os nossos descendentes. E com isso os desafios de nossas lutas como mulheres são diárias, pois as nossas terras sagradas estão a serviço do agronegócio que envenena e destrói as nossas matas, rios e animais, enquanto isso nós povos indígenas estamos vivendo sem o mínimo de condições humanas pra se viver. A elite brasileira toma conta de nossas terras, passam encima de nossos cemitérios com a soja, cana de açúcar, criam gados, destruindo a nossa casa, a nossa terra. O agronegócio enriquece cada dia mais em cima de nossa única possibilidade de futuro, queremos deixar claro ao governo federal, ao estado brasileiro, aos deputados ruralistas e demais antiindígenas do congresso nacional que as nossas terras não são mercadoria.

Nós mulheres Guarani e Kaiowá, estamos vendo nossas terras sendo devastadas enquanto o que resta para nós são as beiras de rodovias ou as reservas super lotadas para viver com nossas crianças, por isso pedimos a demarcação de nossos Tekohas (Terra tradicional

sagrada), para vivermos em paz com nossas crianças em nossas casas, ter o nosso pedacinho de roça, preservar a natureza e assim viver o nosso Teko (modo de ser). Diante de todo este retrocesso que acontece com os direitos do nosso povo, das mulheres indígenas na atual conjuntura política brasileira viemos através da V Kuñangue Aty Guasu (Assembleia das Mulheres Kaiowa e Guarani), exigimos: Que os nossos direitos sejam respeitados e garantidos.

Exigimos:

Território:

-Demarcação já;

-Aty kunãgue é Guarani e Kaiowá e Aty Guasu é 1000% contra a tese do marco temporal, isso só trará mais mortes para o nosso povo, além de ser inconstitucional ela expõe agente há mais violências. Nós, homens e mulheres indígenas fomos expulsos e expulsas de nossas terras, desde o início do ano 1900, sendo obrigados a viver confinados em Reservas Indígenas sem condições nenhuma de continuar a existir, mais resistimos até aqui e não recuaremos jamais, não é esta tese que irá nos destruir.

Continuaremos avançando sobre os nossos tekohás com a autodemarcação, até que esteja sobre a nossa o ultimo de nosso tekohá.

Chega do agronegócio enriquecer em nossa casa, enquanto nós povo guarani e kaiowá somos obrigados a viver as margens de rodovias, a nossa história não começa em 1988, repudiamos o marco temporal.

A aty kunã da total apoio a retomada do tekohá trinfo no municipio de Paranhos, a terra indígena teve portaria declaratória publicada em 2016 com quase 20.000 há de terra e os verdadeiros donos ainda estão fora de seu lugar sagrado. Essa será só mais uma iniciativa de nosso povo por nossas terras, não vamos recuar jamais. Só queremos os nossos tekohá's se o governo não faz nada, nós vamos continuar fazendo a nossa luta. Demarcação Já!

- A imediata revogação do parecer 001/2017 do presidente Michel temer, que sugere a todas instancias envolvidas no processo demarcatório utilizar o marco temporal como instrumento para a demarcação, não a Sumula vinculante.

- A justiça pelas nossas lideranças mortas em nossos territórios;

- O retorno imediato dos grupos técnicos de trabalho da FUNAI em nossos Tekoha;

- Arquivamento imediato da pec 215, portaria 303 da Advocacia Geral da União (AGU);

- Não aceitamos que os estudos de nossas terras saiam da jurisdição da FUNAI a mando da

Bancada Ruralista ou Evangélica, exigimos demarcação já, pois nossas retomadas não cessarão;

- O fortalecimento da Funai, e a consulta previa e informada ao nosso povo antes de qualquer alteração no quadro da Funai.
- A conclusão integral dos processos demarcatórios inclusos no tac 2007, e o cumprimento integral do CAC MPF/Funai firmado em 2010.
- A garantia da segurança das lideranças indígenas, jovens, mulheres e crianças que lutam pelo território;

Saúde

- Necessitamos o acesso à saúde básica de qualidade para as mulheres indígenas em nossos Tekohas, assim como equipe médica, postos de saúde, medicamentos e água potável;
- Queremos profissionais em nossos Tekohas para a conscientização quanto à gravidez precoce;
- Incentivamos o parto normal e humanizado com apoio de parteiras indígenas e remédios tradicionais para as mães em hospitais que atendem os nossos Tekohas. O parto cesáreo tem sido uma frequência e deixado muitas sequelas nas mulheres indígenas Guarani e Kaiowá;
- O câncer, diabetes, doenças sexualmente transmissíveis como AIDS, HIV e outras DSTs têm atingido a nossa população indígena, por isso a necessidade de ter atendimento médico nas áreas de retomadas para prevenção da comunidade e acompanhamento dos indígenas que estão doentes;
- Precisamos de transportes para deslocar pacientes indígenas até o hospital. Muitas mulheres, homens crianças e idosos indígenas vem a óbito por conta que não conseguem consultar devido a distância entre o posto de saúde e o Tekoha;
- Exigimos a valorização da medicina tradicional, por isso necessitamos da demarcação de nossas terras para manter a nossa medicina tradicional em nossas casas, nas matas, próximos os rios, açudes e nascentes;
- Saneamento básico.

Educação:

- Muitas das nossas crianças indígenas que estão em áreas de retomadas não estão estudando, enfrentamos o preconceito e discriminação a ponto de as prefeituras negarem a construção de escolas em nossos Tekohas,
- Exigimos a construção de escolas indígenas dentro de nossos Tekohas; a constituição federal

nos garante educação diferenciada, por tanto a escola indígena deve estar onde está o povo guarani e kaiowá;

- Exigimos que o município e o estado respeitem as nossas decisões e encaminhamentos em relação a educação escolar indígena diferenciada;
- Exigimos que o estado e os municípios reconheça o curso de Licenciatura Indígena Intercultural Teko Arandu e o curso de Magistério Indígena Ara Verá para que os acadêmicos indígenas se tornem futuros professores e que sejam contratados para exercer o cargo de professor indígena;
- Que o estado execute todos os recursos do MEC que vem destinado para o curso de Magistério Indígena Ara Verá;
- Exigimos que o Ministério Público Federal acompanhe e fiscalize o recurso que vem para o estado e município para que seja executado corretamente nos Tekohas novos e atual;

Situação econômica das Mulheres Guarani e Kaiowá

- Para ter uma situação econômica estável em primeiro lugar exigimos a demarcações de nossas terras, para dela usufruir e tirar o nosso sustento;
- Praticamente a única renda que entra mensalmente na casa das famílias Guarani e Kaiowá é a Bolsa Família, mas nem todos tem acesso a esse programa, há uma dificuldade de manter diariamente as crianças nas escolas que é um ponto em que este programa exige devido a distancia da escola e o Tekoha;
- É quase que impossível às mulheres indígenas viver apenas da venda do artesanato, devido à falta de matéria prima, pois as matas estão sendo desmatadas e as sementes estão cada vez mais difíceis de encontrar;
- A questão de instabilidade econômica resulta também no alto índice de suicídio do povo Guarani e Kaiowa, quase 100% dos casos são de jovens indígenas entre 12 e 25 anos, essa triste realidade se dá principalmente pela falta de acesso ao território;
- O tráfico de drogas, prostituição de crianças indígenas, tem crescido nos últimos anos e tem sido a única alternativa devido à falta de emprego e falta de oportunidades para muitos indígenas. Diante de tudo isso exigimos mais oportunidades de trabalho, mais cursos profissionalizantes, mais oportunidades para o povo Guarani e Kaiowá, sobretudo para as mulheres indígenas.

- **Violência contra as mulheres Guarani e Kaiowá:**

- As mulheres indígenas têm sofrido vários tipos de violência, assim como violência física, psicológica, moral, verbal, diante dessa realidade em Reservas indígenas. Principalmente nas áreas de retomadas, as leis não têm sentido, não funcionam e não protegem as nossas Mulheres Guarani e Kaiowá;
- A lei Maria da Penha não se aplica a realidade das Mulheres Indígenas Guarani e Kaiowá, exigimos que ela seja construída de acordo com a nossa realidade juntamente com nós mulheres Guarani e Kaiowá;
- As dificuldades de fazer denúncias sobre as violências sofridas pelas mulheres indígenas, têm sido com muita frequência uma realidade, e na maioria das vezes essas denúncias não chegam há uma delegacia, e se chegam as mulheres não conseguem denunciar pois, a maioria são falantes da língua materna. Diante disso exigimos que tenham mulheres indígenas capacitadas para ser interpretes na delegacia de mulher para ajudar as nossas mulheres Guarani e Kaiowá a encaminhar as denúncias;
- A pensão alimentícia tem sido um grave problema dentre o povo Guarani e Kaiowá, as mulheres não conseguem ter acesso a este direito e as crianças indígenas ficam desamparadas. A Assembleia das Mulheres Indígenas Guarani e Kaiowá vem por meio desta exigir que este direito seja garantido;
- O estupro ainda é tabu dentre o povo Guarani e Kaiowá, mas, são temas que precisam ser abordados. Nesse sentido, viemos através da nossa Assembleia afirmar que o estupro tem acontecido, que a denuncia ainda é uma dificuldade e que as instituições precisam trabalhar com o povo Guarani e Kaiowá sobre tal questão;
- A Organização das Nações Unidas - ONU Mulheres precisa dialogar com as mulheres Guarani e Kaiowá, sobre as maneiras de como proteger as mulheres da linha da frente na luta pelo território em situação de ameaças por latifundiários;
- Também se constitui em uma violência, o direito negado quando nós mulheres indígenas chegamos às instâncias como o Senado Federal, Câmara Federal, Supremo Tribunal Federal e outros órgãos do executivo, legislativo e judiciário, para justamente discutir os direitos das mulheres indígenas e somos barrados e não temos o direito de entrar com o nossos objetos sagrados como Mbaraka, Takuapu e Xiru, nesse sentido exigimos ser respeitadas e respeitados;

Geral:

- Precisamos de intérpretes em todos os órgãos públicos, pois temos dificuldades de fazer denúncias de violações do nosso direito enquanto mulheres indígenas,
- Queremos o apoio da ONU Mulheres na parte de transporte para a nossa participação em eventos local, regional e nacional de fortalecimentos de nossas lutas;
- Queremos o apoio da ONU Mulheres em todas as Assembleias das Mulheres Guarani e Kaiowá (Kuñangue Aty Guasu);
- Exigimos que a ONU Mulheres incentive a participação das mulheres indígenas Guarani e Kaiowá em instâncias internacionais, na perspectiva de denunciar as violações de nossos direitos e se fortalecer enquanto mulheres Guarani e Kaiowá;
- As mulheres indígenas através da V Kuñangue Aty Guasu exige o fortalecimento da FUNAI (Fundação nacional do índio);
- Que sejam respeitadas as nossas decisões encaminhadas via ATY GUASU, KUÑANGUE ATY GUASU E RAJ (Retomada Aty Jovem);
- Que qualquer alteração feita nas coordenações Regionais e coordenação Técnicas Local da FUNAI sejam previamente consultadas nas comunidades indígenas de forma local, regional e nacional;
- Solicitamos que o Ministério Público continue multando a FUNAI em relação ao TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), para que sejam garantidos os estudos dos GTs e as publicações de relatórios dos Peguas (seis grupos de estudos em Mato Grosso do Sul);
- Que o estado reconheça o erro e devolva as nossas terras (Potreiro Guassu, Nhanderu Marangatu, Sombreiro, Yvy Katu, Aroio Korá), bem como a demarcação e a homologação de nossos Tekoha;
- Pedimos ao ministro da justiça, a casa civil e à FUNAI, o fortalecimento das CTLs em Mato Grosso do Sul, assim como condições estruturais (transportes, alimentação, servidores e etc), para melhor atendimento à comunidade indígena, e que as decisões da Aty Guasu sejam respeitadas quanto a indicação dos representantes destes órgãos, a exemplo trazemos a CR de Dourados-MS, onde as indicação política continuam a ser “moeda de troca” dos interesse ruralistas nestes espaços. A V Kuñangue Aty Guasu e Aty Guasu pedem a permanência do servidor e coordenador atual da CR de Dourados- MS José Victor Dallanora e um indígena falante da língua materna que a CR atende;
- Queremos a garantia da segurança para as lideranças ameaçadas e a punição aos autores que assassinaram as nossas lideranças, professores e mulheres indígenas;
- Precisamos que os nossos direitos indígenas sejam garantidos, nossas decisões respeitadas e

que todas as decisões sobre o nosso sejam previamente consultados

Tekoha Kurusu Amba, Coronel Sapucaia, MS 22 de Setembro de 2017

ANEXO V:



Documento Final da VI Kunãngue Aty Guasu

Ao Senhor Presidente da FUNAI

Ao Ministério Público Federal de Dourados

À Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul

Ao curso de Licenciatura Intercultural Indígena

Ao Magistério Indígena Ara Vera

À Secretaria Especial de Saúde Indígena (DSEI - MS)

À Rede de Proteção aos direitos das crianças de MS

Nós mulheres indígenas kaiowa e guarani, juntamente com as lideranças de nossos tekoha reunidos na VI Kunãngue Aty Guasu junto com Aty Guasu e RAJ (Retomada Aty Jovem), realizada entre os dias 10 e 14 de julho de 2018, na Reserva Indígena de Amambai em Mato Grosso do Sul, viemos anunciar todo o nosso apoio a todos os tekohas retomados por nosso povo, pois a nossa terra é ancestral e de lá não sairemos.

Fomos retirados forçadamente de nossas terras pelo estado brasileiro e obrigados a viver confinados nos "chiqueiros" que são as reservas indígenas que o governo brasileiro criou. Estas reservas estão superpopulosas e não dispõem de condições de vida para a realização de nosso modo de ser. Desde os anos 80, cansados desta realidade, iniciamos as retomadas das terras de nossos antepassados e começamos a recuperar a nossa dignidade humana, o nosso modo de ser, nossas matas, rios e nossas rezas. Com isso nossas crianças passaram a ter contato efetivo

com a nossa cultura, vivendo conosco a memória de nossos parentes. Foi esta a forma que nós indígenas kaiowa e guarani encontramos para nos libertar das cercas do Estado e garantir o futuro de nosso povo. Nosso sofrimento é coletivo, enfrentamos situações dolorosas, somos criminalizados e os não indígenas só avançam sobre nossas terras.

Frente a isto, repudiamos as incidências anti-indígenas dos ruralistas que estão no poder brasileiro negociando cotidianamente nossos direitos.

As leis anti-indígenas como a PEC 215 e o Marco Temporal vem para destruir os povos indígenas, estamos atentos e conscientes de nossa situação. Não recuaremos nem um palmo de nossas conquistas, não estamos falando de favor, estamos exigindo a garantia de nossos direitos reconhecidos na Constituição Federal de 1988. Estamos cansados de fazer e encaminhar documentos e nunca ter um retorno efetivo de nossas pautas.

Nós indígenas já estávamos aqui antes mesmo de existir os brancos, os não indígenas fazem de tudo para nos destruir, por isso temos que fortalecer o nosso corpo e o nosso povo, não aceitamos nenhuma lei vinda dos não indígenas. Temos água e eles o veneno, temos a terra e eles o dinheiro, viemos para preservar e eles para destruir.

Saibam que a terra indígena Guyraroka no município de Dourados-MS é nossa, e se necessário for mobilizaremos todos os 50 mil indígenas kaiowa e guarani no Mato Grosso do Sul e se ainda não for suficiente mobilizaremos os 350 mil indígenas dos povos da grande nação guarani continental, mas de lá não sairemos. O tekoha Guyraroka é nosso desde sempre, não é uma tese que atende os interesses dos ruralistas que vai nos tirar de nosso território. Podem até derramar o nosso sangue, mas não sairemos de nossa terra. Estamos dispostos a morrer em luta com nosso povo.

O Kuñangue Aty Guasu repudia a ação do Supremo Tribunal Federal, mais precisamente a votação da segunda turma que anulou o processo demarcatório desta terra, reconhecida pela FUNAI em mais de 9 mil hectares como de ocupação tradicional do povo Kaiowa e Guarani. Reafirmamos o apoio incondicional à Terra Indígena Guyraroka é a nossa terra.

Exigimos que o CAC - Compromisso de Ajustamento de Conduta, firmado em 2007 seja cumprido e nossas terras demarcadas e devolvidas a nós, para que nosso povo não continue morrendo na mão do agronegócio, dos latifundiários e do estado. Não aceitamos a negociação

dos nossos direitos na calada da noite, nas nossas costas sem sermos consultados de acordo com a lei. Não deixaremos que a nossa terra seja vendida pelo presidente assassino deste país. A publicação dos relatórios de nossas terras tem que avançar, sem tekoha não tem vida.

Existe em Mato Grosso do Sul muitos mandatos de reintegração de posse contra nós, estão tentando nos expulsar novamente de nossas terras tradicionais, como tem acontecido em Caarapó e Dourados. Está grave a situação do nosso povo indígena, o Kuñangue Aty Guasu vem repudiar e gritar pela demarcação das nossas terras indígenas e pelo cumprimento da constituição federal de 1988.

O povo Guarani e Kaiowa resiste, não queremos despejo, queremos os nossos direitos garantidos, queremos de volta a nossa terra que nos foi tirada e dadas aos ruralistas.

Não aceitamos o sucateamento e a criminalização da FUNAI, nem a indicação de representantes da bancada do boi, da bala e da bíblia para ocupar o nosso espaço de representação. A FUNAI não deve ficar como um instrumento nas mãos dos ruralistas.

A judicialização dos processos de demarcação de nossos tekoha é uma afronta a nossa luta. Não aceitamos a indenização aos fazendeiros, repudiamos esse meio em que o Estado tem que pagar aqueles que roubaram as nossas terras e nos confinaram nos chiqueiros.

Exigimos que os Grupos de Trabalho de Demarcação de nossas Terras avancem em segurança, para que o estudo possa ser feito e o nosso retorno e permanência à terra garantidos.

Não aceitamos ações que são realizadas com nosso povo sem a consulta prévia, pois este é nosso direito garantido e deve ser respeitado. Nós somos os maiores interessados em nossas vidas, e devemos ser ouvidos para quaisquer ações que alteram o nosso cotidiano. Há muitas mortes violentas de mulheres em nossas aldeias, que confinadas entre as cidades e as reservas, não temos onde recorrer. Vivemos a insegurança pública no nosso cotidiano, tendo que lidar com o racismo, o preconceito, a violação de nossos corpos e de nossa cultura, com as violências dos não indígenas quando tentamos utilizar os dispositivos do estado que oficialmente deveriam nos proteger enquanto mulheres.

Somos mulheres guarani e kaiowa e temos que ter a garantia dos nossos direitos que levem em consideração as nossas especificidades culturais, para que assim não nos deixe como vítimas da violência do estado e da sociedade brasileira. Sem a demarcação das nossas terras, nós mulheres guarani e kaiowa não poderemos ter uma vida livre da violência. E resistiremos

para que possamos ter uma vida com liberdade junto com nossos filhos, nosso povo, em nossa terra.

A saúde pública também não está do nosso lado. Somos nós mulheres que damos a vida e temos o direito de viver. Estamos cansadas de perder as nossas irmãs guarani e kaiowa durante o trabalho de parto. Dar vida a uma vida não é um momento de tristeza, mas o parto tem se tornado um momento de muitas violências entre nós. Desde que nossas parteiras foram proibidas de atuar do nosso jeito tradicional, tendo que fazer o seu trabalho escondidas e que fomos obrigadas a parir nos hospitais e fazer o pré natal do jeito da medicina não indígena, as violações ao nosso conhecimento tradicional, nossos remédios, nossas mulheres ñandesy, tem culminado com a morte de nossas parentes durante o parto nos hospitais.

Nós mulheres guarani e kaiowa sabemos como ter e cuidar de nossos filhos. Nossa medicina tradicional e a reza são muito importantes para a saúde da mulher indígena e para o crescimento saudável da criança. Nós sofremos enquanto mulher indígena sofre muito nas mãos dos médicos não indígenas, sendo que as parteiras e ñandesy têm reza e remédio para a mulher indígena na hora do parto, para sofrer menos no momento do nascimento da criança. Os hospitais precisam respeitar a medicina tradicional e as parteiras indígenas, a SESAI tem que dar mais valor ao modo de ser indígena, pois é muita burocracia que viola o nosso direito. Exigimos intérpretes de nossa língua para o nosso atendimento em todos os hospitais, postos de saúde, dentro e fora de nossas aldeias no Mato Grosso do Sul. Não podemos ser atendidas por pessoas que não conhecem o nosso modo de ser e não conseguem comunicar conosco com dignidade. É preciso que os nossos profissionais de saúde guarani e kaiowa sejam valorizados e contratados para trabalhar com e pelo o nosso povo. Chega de técnicos de outras etnias trabalhando conosco quando temos nossos próprios profissionais especializados à disposição. Não se pode usar a força da mulher indígena como justificativa para violações aos nossos direitos a saúde.

Em relação a educação escolar indígena, no Mato Grosso Sul, reiteramos que o nosso magistério indígena o Ara verá deve ser respeitado e seguir o que entendemos como melhor para nós. E o melhor é que o Ara Vera permaneça no Cone Sul, e que nossos filhos nunca mais sejam levados para estudar em Campo Grande ou em qualquer lugar distante de nosso território. O estado e o MEC precisam respeitar as decisões do movimento indígena.

A licenciatura intercultural Teko Arandu da UFGD também tem que nos respeitar. Respeitar nossos estudantes e o nosso processo histórico de luta para a conquista deste curso e o nosso

acesso e permanência dentro das instituições de educação. Este curso não pode se afastar do nosso movimento, pois ele foi criado por nós. É preciso que o curso Teko Arandu respeite a vida e as escolhas dos alunos e alunas, e que os professores tenham um perfil adequado para a compreensão da realidade guarani e kaiowa, e que sejam falantes da língua. Para isto, formamos uma comissão de consulta com os membros do Aty Guasu e Kuñangue Aty Guasu que a partir de agora vai acompanhar todos os encaminhamentos realizados no Ara Vera e também no Teko Arandu.

Apoiamos a continuidade do programa bolsa permanência para os estudantes indígenas e a continuidade da Ação Saberes Indígena no ano de 2019.

Nós entendemos que há várias tentativas de genocídio contra o nosso povo. Seja a nossa remoção forçada de nossas terras ancestrais e o confinamento nas reservas, seja a tentativa de tirar nossa língua e agora, a insistência do Estado em dizer que não sabemos cuidar dos nossos filhos e a insistência em tirar eles de nós.

Atualmente tem 65 crianças indígenas em abrigos em Dourados. Hoje o município de Dourados é a cidade onde há mais incidência de crianças em situação de acolhimento institucional. O estado brasileiro retira a criança da sua família indígena e leva ela para o abrigo. Isso fere a nossa autonomia e culturalidade, pois quando a criança indígena é levada para a cidade é um lugar diferente, costumes diferentes, hábitos diferentes.

O Genocídio das nossas crianças está claro, a pobreza não justifica o acolhimento da criança, precisam nos respeitar. Os não indígenas nascem no berço, no hospital, os nossos filhos nascem na aldeia, no nosso tekoha, embaixo da nossa casa na terra, precisam respeitar o nosso modo de ser nativo. Reclamam que nossos filhos são sujos, mas claro, vivemos na terra, cozinhamos no fogo. Não aceitamos a retirada de nossas crianças, a doação delas para não indígenas, não aceitamos o estado intervindo nas nossas formas de vida e cuidado com os nossos.

Exigimos que seja construído com a comunidade alternativas dentro de nossas aldeias para lidar com a situação das crianças, para que elas não sejam levadas para longe de nós, para viver e comer com o branco.

Temos uma preocupação muito grande com a retirada das crianças. O Artigo 28 do ECA afirma que o acolhimento é a última alternativa, mas sempre é a primeira alternativa da rede de proteção de direitos a crianças. É mais fácil o Estado negar nossos direitos do que se dispor a nos escutar, a dialogar conosco e a respeitar nosso modo de ser.

Também reiteramos todo o nosso apoio aos nossos candidatos e candidatas indígenas, já é hora do Brasil voltar para as mãos de seus verdadeiros donos e donas.

A Kuñangue Aty Guasu é a organização das mulheres kaiowa e guarani e somos reconhecidas por nossos anciãs (ãos) e rezadoras (es), assim como nossas lideranças, exigimos:

- A imediata revogação do parecer da AGU 001/2017;
- O arquivamento da tese do Marco temporal e da PEC 215;
- A extinção do Projeto de Lei 6.670/2016 , a PL do veneno; e também a PL 490 que veio para modificar o Estatuto do índio (Lei 6001 de 1973).

Toikove Kaiowa ha
Guarani Demarcação já!

Amambai, 14 de Julho de
2018

Assinamos:

Kuñangue Aty

Guasu Aty Guasu

RAJ - Retomada Aty Jovem



